



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2.ª COMISSÃO PERMANENTE

PARECER N.º 6/V/2015

Assunto: Proposta de lei n.º PPL 10/2015/V, intitulada «*Lei do Orçamento de 2016*».

I – Introdução

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau apresentou, em 17 de Novembro de 2015, a proposta de lei n.º PPL 10/2015/V, intitulada «*Lei do Orçamento de 2016*», a qual foi admitida pelo Presidente da Assembleia Legislativa, nos termos do Despacho n.º 1301/V/2015.

A proposta de lei foi apresentada, discutida e votada na generalidade em reunião plenária realizada no dia 25 de Novembro de 2015, tendo sido aprovada por unanimidade pelos trinta e um deputados presentes.

Na mesma data foi distribuída a esta Comissão, para efeitos de apreciação na especialidade e emissão de parecer até ao dia 9 de Dezembro de 2015, nos termos do Despacho do Presidente da Assembleia Legislativa n.º 1325/V/2015.

A Comissão procedeu à apreciação na especialidade da proposta de lei nas reuniões realizadas nos dias 30 de Novembro e 2 de Dezembro de 2015. A Comissão contou com a presença de representantes do Governo na referida segunda reunião, prestando os necessários esclarecimentos.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

A Comissão procedeu à assinatura do parecer sobre a apreciação na especialidade da presente proposta de lei, na reunião que teve lugar no dia 7 de Dezembro de 2015.

II – Apresentação

Segundo a Nota Justificativa que acompanha a proposta de lei *supra* identificada, «O Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China (RAEM), de acordo com a alínea 2) do artigo 71.º da Lei Básica da RAEM, apresenta na Assembleia Legislativa a Proposta da Lei do Orçamento de 2016.

Na presente Proposta, são corporizados o Decreto-Lei n.º 41/83/M, de 21 de Novembro, e os princípios gerais enformadores das leis orçamentais, que são enunciados na legislação aplicável, em especial o denominado princípio da anualidade. Em termos estruturais, a Proposta mantém uma estrutura bipartida entre as normas necessárias à boa execução orçamental e as diversas medidas de redução e de isenção fiscais a serem implementadas no próximo ano.

Os princípios de prudência financeira e de manutenção das despesas dentro dos limites das receitas são os princípios básicos que têm vindo a ser cumpridos pelo Governo da RAEM aquando da preparação do Orçamento. Considerando que a actual economia de Macau entrou numa fase de ajustamento, vai recorrer-se a uma avaliação mais cautelosa e a uma forma de maior poupança de despesas, na elaboração do orçamento para o próximo ano.

Na presente proposta de lei, é de propor que seja mantida um conjunto de medidas de benefícios fiscais e favoráveis à população que foram tomadas no ano transacto. Ao mesmo tempo, consideradas as opiniões manifestadas pela Comissão de Avaliação das Remunerações dos Trabalhadores da Função



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Pública, é proposto que, a partir do dia 1 de Janeiro do próximo ano, seja aumentado o valor do índice 100 da tabela indicária, de 7 900 patacas para 8 100 patacas».

Pelo exposto, no Orçamento da RAEM para 2016, «prevê-se que os valores das receitas e das despesas orçamentais se estimem em 103 251 523 000 patacas e 85 038 040 400 patacas, respectivamente, daqui decorrendo um saldo do orçamento central de 3 469 317 900 patacas e um resultado do exercício dos organismos especiais de 14 744 164 700 patacas, continuando a ser registado um saldo positivo e mantendo-se a situação financeira da RAEM estável e saudável».

Quanto às receitas financeiras previstas para o próximo ano, a Nota Justificativa indica «um decréscimo em relação à revisão orçamental do ano de 2015 de 13,9%, sendo que, de entre as receitas com maior peso, se destacam o "Imposto Especial sobre o Jogo", o "Imposto Complementar de Rendimentos, o "Imposto do Selo", o "Imposto Profissional" e a "Contribuição Predial", estimando-se que estes cifrem-se, respectivamente, nos valores de, 70 000 000 000 patacas, 4 248 000 000 patacas, 2 007 560 900 patacas, 2 110 000 000 patacas e 771 475 300 patacas». Relativamente às despesas, «prevê-se que haja um aumento de cerca de 1,5%, após ajustamento das transferências orçamentais entre o orçamento ordinário integrado do Governo e o orçamento dos organismos especiais, e que o PIDDA, no próximo ano se cifre em 11 068 782 000 patacas com um recuo de 24,6%, face a 2015.

O Governo da Região vai dar continuidade, no próximo ano, a uma série de medidas favoráveis à população, incluindo: a injecção de verba nas contas individuais de previdência; o Plano de Comparticipação Pecuniária; o Programa de Comparticipação nos Cuidados de Saúde; a subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica para cada unidade habitacional; o



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

P. 2/2
1. C. 8
✓
J.

Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo; a concessão de subsídio complementar aos rendimentos do trabalho. O valor total das despesas afectas às medidas supramencionadas está avaliado em 10 274 148 400 patacas.

Além disso, o valor total das verbas destinadas: ao pagamento do subsídio de escolaridade gratuita do ensino não superior e o subsídio para aquisição de manuais escolares para estudantes do ensino não superior e do ensino superior; à atribuição do subsídio de alimentação e do subsídio para aquisição de material escolar para estudantes provenientes de famílias economicamente carenciadas; à concessão do subsídio directo e do subsídio para o desenvolvimento profissional ao pessoal docente das escolas particulares sem fins lucrativos do regime escolar local do ensino não superior; ao pagamento do subsídio para idosos, pensão para idosos, pensão de invalidez, pensão social, subsídio de invalidez, subsídio especial para a manutenção de vida e apoio especial aos três tipos de famílias em situação vulnerável; ao plano provisório de atribuição de abono de residência a agregados familiares da lista de candidatos a habitação social, está avaliado em 7 995 176 200 patacas.

A implementação das medidas de benefícios fiscais idênticas às estabelecidas para o ano de 2015, cifra-se, no seu conjunto, em 2 344 116 426 patacas».

III – Apreciação

Na sessão plenária para a apresentação da proposta de lei do Orçamento de 2016, o proponente afirmou que se regista um decréscimo no valor global da receita prevista no orçamento para o ano 2016, face ao orçamento revisto do ano 2015, e referiu que: "O decréscimo da receita orçamental relaciona-se, essencialmente, com a receita proveniente do "Imposto especial sobre o



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

jogo" do próximo ano, integrado nos impostos directos, que se estima vir a atingir 70 000 000 milhares de patacas, ou seja, menos 14 000 000 milhares de patacas face ao orçamento revisto em 2015; a receita fiscal a arrecadar em sede do "Imposto Profissional", da "Contribuição Predial Urbana" e do "Imposto Complementar de Rendimentos", estima-se num total de 7 129 480 milhares de patacas, representando um acréscimo de 668 320 milhares de patacas; no que diz respeito aos impostos indirectos, a receita proveniente do "Imposto do Selo por Transmissão de Bens" estima-se em 1 359 000 milhares de patacas, com um decréscimo de 430 000 milhares de patacas face ao orçamento revisto em 2015, e a do "Imposto sobre Veículos Motorizados" em 683 180 milhares de patacas, menos 507 030 milhares de patacas face a 2015; quanto à receita proveniente dos "Prémios de Concessão de Terrenos", inserida no capítulo dos "Rendimentos da propriedade", estima-se em 1 095 860 milhares de patacas, ou seja, uma queda de 198 090 milhares de patacas em relação a 2015; relativamente às "empresas privadas" no capítulo "Transferências" provenientes essencialmente da "Contribuição para o Desenvolvimento Urbano, Promoção Turística e Segurança Social", arrecadada ao abrigo dos contratos de concessão da exploração do *jogo*, prevê-se que a receita se venha a situar em 4 015 750 milhares de patacas, ou seja, menos 799 330 milhares de patacas face ao orçamento revisto em 2015.¹

No que concerne à despesa orçamentada para o ano 2016, embora apresentando um acréscimo no valor global, verifica-se um decréscimo na despesa com o Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA), em relação ao orçamento revisto do ano de 2015: «O valor global da despesa orçamentada para o próximo ano é de 85 038

¹ Apresentação do Orçamento para o ano económico de 2016, na sessão plenária da Assembleia Legislativa do dia 25 de Novembro de 2015, pelo Secretário para a Economia e Finanças, Lionel Leong.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

040 milhares de patacas, representando um acréscimo de 1,5%, ou seja 1 277 030 milhares de patacas, face ao orçamento revisto em 2015, que foi de 83 761 010 milhares de patacas, dentro do qual, 11 068 780 milhares de patacas correspondem ao Plano de Investimentos (PIDDA), representando um decréscimo de 24,6% em relação ao orçamento revisto em 2015, de 14 683 540 milhares de patacas».²

«O orçamento da despesa ordinária integrada do Governo para o próximo ano é avaliado em 91 359 970 milhares de patacas, no qual a despesa afecta ao "Pessoal" é de 19 673 430 milhares de patacas, representando 21,5% da totalidade, aos "Bens e Serviços" de 12 064 200 milhares de patacas, ocupando 13,2% da totalidade, e às "Transferências correntes" de 39 622 620 milhares de patacas, preenchendo 43,4% da totalidade, de entre as quais, são destinadas à continuação da série de medidas de benefício aos cidadãos, incluindo: a injeção na conta individual do Regime de Previdência, o Plano de Comparticipação Pecuniária no Desenvolvimento Económico, o Programa de Comparticipação nos Cuidados de Saúde, o Plano de Subvenção Temporário do Pagamento das Tarifas de Energia Eléctrica às Unidades Habitacionais, o Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo. Prevê-se que o valor total dessas medidas seja de 10 082 150 milhares de patacas. Por outro lado, quanto às despesas destinadas ao pagamento do subsídio para idosos, ao subsídio de escolaridade gratuita para o ensino não superior, ao subsídio para Aquisição de Manuais Escolares aos alunos do ensino não superior e superior, ao subsídio para aquisição de material escolar a estudantes do ensino superior, ao subsídio para o desenvolvimento profissional ao pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior sem fins lucrativos do regime escolar local, ao subsídio de invalidez, e ao abono de residência a agregados

² Apresentação do Orçamento para o ano económico de 2016.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

familiares da lista de candidatos à habitação social, a previsão do total dessas despesas é de 3 624 430 milhares de patacas.

Considerando o orçamento da despesa ordinária integrada do Governo na óptica da classificação funcional, destaca-se o peso de cada função face ao valor do orçamento e em comparação com o orçamento revisto de 2015:

- ♦ Serviços económicos: 11 903 220 milhares de patacas, de 13,0% da totalidade, com diminuição de 8,7% face a 2015; Nos transportes, 4 123 070 milhares de patacas com um decréscimo de 14,4%; Na administração, regulamentação e investigação, 2 308 690 milhares de patacas, com um decréscimo de 5,1%;
- ♦ Educação: 11 410 880 milhares de patacas, de 12,5% da totalidade, com um acréscimo de 5,6%, face a 2015;
- ♦ Serviços gerais de administração pública: 10 797 140 milhares de patacas, de 11,8% da totalidade, com um crescimento de 1,7% face a 2015;
- ♦ Previdência social: 8 374 410 milhares de patacas, de 9,2% da totalidade, com uma subida significativa de 4,1% face a 2015;
- ♦ Segurança pública: 7 821 780 milhares de patacas, de 8,6% da totalidade, com um crescimento de 5,0% face a 2015;
- ♦ Saúde: 7 753 910 milhares de patacas, de 8,5% da totalidade, com um aumento de 8,3%, face a 2015;
- ♦ Outros serviços colectivos/sociais: 3 277 800 milhares de patacas, de 3,6% da totalidade, com uma subida de 11,7% face a 2015;
- ♦ Habitação: 1 450 990 milhares de patacas, de 1,6% da totalidade,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

*7-1-18
M. S.
J.*
com um recuo de 39,9%, face a 2015;

♦ Outras funções: 28 569 850 milhares de patacas, de 31,3% da totalidade, com um decréscimo de 1,7% face a 2015, incluindo as dotações para o Fundo de Segurança Social, de 17 404 530 milhares de patacas, para o Plano de Comparticipação Pecuniária no Desenvolvimento Económico, de 5 991 250 milhares de patacas, para a subvenção do pagamento das tarifas de energia a cada unidade habitacional, até ao limite mensal de 200 patacas do Plano de Subvenção Temporário do Pagamento das Tarifas de Energia Eléctrica às Unidades Habitacionais, de 516 000 milhares de patacas e para o Programa de Comparticipação nos Cuidados de Saúde, de 300 000 milhares de patacas».

Quanto ao orçamento do PIDDA para o próximo ano, verifica-se um decréscimo de 24,6%, ou seja de 3 614 760 milhares de patacas, face ao orçamento revisto de 2015, cifrando-se o seu valor global em 11 068 780 milhares de patacas. Desagregando por valor superior a 500 000 000 patacas, registam-se os seguintes itens:

- ♦ Programa da Ilha Artificial Fronteiriça da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau, no valor orçamentado de 2 194 930 milhares de patacas;
- ♦ Obra de instalações públicas, no valor orçamentado de 1 796 410 milhares de patacas;
- ♦ Programa do sistema de transportes colectivos urbanos de Macau, no valor orçamentado de 1 238 110 milhares de patacas;
- ♦ Habitação pública, no valor orçamentado de 896 980 milhares de patacas;



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

- ◆ Programa de construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, no valor orçamentado de 799 290 milhares de patacas;
- ◆ Obra de instalações de serviços, no valor orçamentado de 730 510 milhares de patacas.
- ◆ Programa do novo campus da Universidade de Macau na Ilha da Montanha, no valor orçamentado de 593 700 milhares de patacas;
- ◆ Estradas e pontes, taludes e canais de navegação, no valor orçamentado de 571 560 milhares de patacas;
- ◆ Operação e controlo do tratamento de águas residuais e de resíduos, no valor orçamentado de 540 370 milhares de patacas».³

«Prevê-se que da receita orçamentada após a dedução da despesa orçamentada, seja apurado um saldo do orçamento central no valor de 3 469 320 milhares de patacas. No âmbito dos Organismos especiais, o respectivo saldo anual previsto traduz a diferença no valor global agregado entre o rendimento e gasto, estimada em 14 744 160 milhares de patacas.»⁴

A Lei do Orçamento de 2016 faz referência a várias medidas de benefício para a população, que visam a concretização das acções governativas relativas ao impulsionamento da economia, promoção do bem-estar da população e consolidação do desenvolvimento⁵, constantes no Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2016. Através da concretização das referidas medidas de benefício, permite-se que todos os residentes de Macau partilhem dos frutos do desenvolvimento

³ Apresentação do Orçamento para o ano económico de 2016

⁴ Idem.

⁵ Relatório das LAG para o ano financeiro de 2016, páginas 12 a 14.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

económico, incluindo a "Conta individual do Regime de Previdência", "Plano de Comparticipação Pecuniária no Desenvolvimento Económico", "Programa de Comparticipação aos Cuidados de Saúde", e "Plano de Subvenção Temporária do Pagamento das Tarifas de Energia Eléctrica", entre outras medidas. Para além disso, no próximo ano, o Governo vai dar continuidade à atribuição dos subsídios na área da educação; e quanto ao apoio aos idosos e às camadas em situação vulnerável, será dada continuidade à atribuição do subsídio para idosos, pensão para idosos, subsídio de invalidez, subsídio de apoio económico, e subsídio especial para a manutenção de vida e apoio especial aos três tipos de famílias em situação vulnerável, entre outras medidas.

Para além disso, com vista a atenuar os encargos financeiros da população, a Lei do Orçamento estabelece vários benefícios fiscais, incluindo: a isenção da contribuição industrial; a isenção do imposto de selo sobre as apólices de seguro e operações bancárias, sobre transmissões de bens e sobre espectáculos; a isenção do imposto de turismo; a isenção de taxas e impostos sobre publicidade e propaganda; a dedução à colecta e limite de isenção do imposto profissional; a devolução da colecta do imposto profissional; a dedução à colecta da contribuição predial urbana; e o limite de isenção do imposto complementar de rendimentos. (artigos 11.º a 20.º da proposta de lei).

Por fim, é de salientar que, no decurso da apreciação na especialidade, um membro da Comissão chamou à atenção para as despesas orçamentadas para o ano 2016 da Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura e da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, referiu que as despesas daquela Secretaria são mais elevadas do que as das outras e que, no caso da referida Direcção, as despesas orçamentadas sofreram alterações, portanto, na sua opinião, a Comissão deve solicitar a prestação de esclarecimentos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

sobre esta situação junto dos serviços competentes. Um outro membro da Comissão manifestou-se preocupado quanto à execução do PIDDA para o próximo ano, e solicitou ao proponente, no decurso das reuniões da Comissão, as devidas justificações e fundamentação.

IV – Análise Financeira

Notas introdutórias

1. O Orçamento da RAEM para o ano financeiro de 2015 foi aprovado pela Lei n.º 9/2014 (LOR 2015) em data anterior à tomada de posse, em 20 de Dezembro de 2014, do IV Governo da RAEM. Apenas em Março de 2015 foram apresentadas à Assembleia Legislativa as Linhas de Acção Governativa para o ano de 2015, cujas orientações políticas tiveram expressão na proposta de revisão orçamental respeitante ao mesmo ano, aprovada pela Lei n.º 5/2015 “**Revisão do Orçamento de 2015**” (LOR Revista 2015), a qual produziu efeitos a partir de 9 de Junho de 2015. Neste contexto, a presente análise financeira, respeitante à proposta de “Lei do Orçamento de 2016”, tem como referência a LOR Revista 2015, a qual é utilizada para a análise comparativa com os valores propostos de receitas e despesas para 2016, sem prejuízo das comparações com os valores efectivos do ano económico de 2014 e de anos anteriores.
2. De assinalar a apresentação pelo terceiro ano consecutivo de um **mapa de Situação do Pessoal** afecto aos diversos serviços ou organismos do sector público administrativo da RAEM (incluindo os organismos especiais), com indicação de uma estimativa (corrigida) do pessoal no final do ano de 2015 (33 880 trabalhadores), da movimentação de pessoal (entradas menos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

saídas) perspectivada para o ano do orçamento (+2 283 trabalhadores) e com uma projecção do pessoal no final do ano do orçamento de 2016 (de um total de 36 163 trabalhadores)⁶.

3. Na apresentação, discussão e aprovação na generalidade da proposta de lei do Orçamento de 2016, em Plenário de 25 de Novembro de 2015, é de relevar a apresentação por parte do Governo de um documento financeiro extremamente útil designado de "**Orçamento da RAEM – Ano Económico de 2016 (Dados suplementares)**". Nesse documento, o Governo, para além de apresentar uma previsão da situação do pessoal nos serviços e organismos da administração pública, faz constar um **conjunto de mapas orçamentais comparativos e respectivas notas explicativas** que se revelam bastante preciosos e facilitadores da análise na generalidade e especialidade do orçamento submetido à apreciação do órgão legislativo.

4. Porém, apesar da assinalável melhoria na prestação quantitativa e qualitativa de informação financeira à Assembleia Legislativa, aquando da entrega da proposta de lei do orçamento, subsistem ainda aspectos a aperfeiçoar no quadro de apresentação do orçamento ao órgão legislativo, susceptíveis de serem contemplados na futura revisão da lei de enquadramento orçamental, nomeadamente dos referentes a **um calendário razoável e pré-fixado de apresentação da proposta de lei e uma definição clara dos mapas orçamentais informativos que devem acompanhar a proposta**, devidamente padronizados e automaticamente sujeitos a actualização anual. Esses mapas orçamentais informativos, a prestar atempadamente pelo Governo, deverão possibilitar uma análise na generalidade e na especialidade aos Deputados mais rigorosa e consentânea

⁶ Vide páginas 60 a 63 do documento Orçamento da RAEM do Ano Económico 2016 (dados suplementares).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

com os deveres e responsabilidades inerentes às atribuições do órgão legislativo de aprovação e fiscalização orçamental consagradas na Lei Básica da RAEM.

5. Na realidade, a Comissão encarregada da análise na especialidade da presente proposta de lei dispôs de apenas **8 dias úteis** para efeitos de exame e emissão de parecer⁷ sobre um tão relevante diploma para a vida económica, financeira e social da RAEM. Ora, um tal prazo revela-se relativamente curto, pelo que tendo em vista uma melhor apreciação e análise do orçamento por parte da Assembleia Legislativa, espera-se que no futuro o Governo venha a apresentar atempadamente todos os documentos revelantes para o efeito, nomeadamente o relatório intercalar de execução do Orçamento e mapas de controlo da execução do PIDDA.

6. À semelhança de anos anteriores e para efeitos de fundamentação da análise financeira procedeu-se à elaboração de **8 quadros de informação financeira essencial** que se apresentam em anexo 1. Os quadros encontram-se elaborados numa perspectiva comparativa com os orçamentos de anos anteriores ou do ano em curso e/ou com as contas de receitas ou de despesas de anos de execução orçamental findos, incluindo-se ainda os dados respeitantes às contas provisórias da execução orçamental do ano em curso (quando disponibilizadas pelo Governo).

⁷ O prazo fixado à 2.ª Comissão Permanente para efeitos de exame e emissão de parecer na especialidade foi o de 9 de Dezembro (Despacho do Senhor Presidente da Assembleia Legislativa de 25 de Novembro de 2015). Posteriormente, e logo após a reunião com representantes do Governo realizada no dia 2 de Dezembro de 2015, o prazo destinado à assinatura do Parecer por parte da Comissão foi objecto de uma antecipação para o dia 7 de Dezembro (2 dias antes do limite fixado pelo citado Despacho).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

7. Dever-se-á sublinhar que **antes da apreciação e votação na generalidade** da proposta de lei do Orçamento de 2016, os referidos 8 quadros foram disponibilizados ao plenário de Deputados conjuntamente com um grupo de mapas ou quadros informativos adicionais, nomeadamente dos referentes à evolução e situação actual da reserva financeira da RAEM (4), quadros respeitantes à execução orçamental de 2014 (12), mapas de ponto de situação da Execução do Orçamento do PIDDA/2015 por Programa e por classificação orgânica (até 30/09/2015) e mapas comparativos dos Orçamentos por Serviços entre 2013 e 2016⁸. Em particular, estes últimos mapas serviram de referência a uma primeira apreciação das taxas de execução orçamental e da razoabilidade das dotações orçamentais propostas para 2016 por parte dos serviços ou organismos públicos. A este propósito foi efectuada uma reunião em 2 de Dezembro de 2015 com representantes do Governo para a obtenção de esclarecimentos e melhor fundamentação das dotações orçamentais propostas, nomeadamente das referentes ao Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, aos 18 programas orçamentais inscritos no PIDDA de 2016 e às despesas totais orçamentadas com a aquisição e transporte de água bruta proveniente do Interior da China.

8. Nestas notas introdutórias é fundamental ainda esclarecer que à semelhança dos dois orçamentos anteriores, a proposta de lei do Orçamento de 2016, em consequência da passagem do **Fundo de Segurança Social** (FSS) do sistema de contas integradas do Governo para o sistema de contas dos organismos especiais, acarretou alterações significativas na apresentação global do orçamento da RAEM e deu lugar a **ajustamentos** de valor elevado

⁸ Os Mapas de Situação da Execução do PIDDA e os Mapas Comparativos dos Orçamentos dos Serviços foram prontamente disponibilizados à Presidência da Assembleia Legislativa logo após a sua solicitação ao Governo.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

tanto do lado da receita orçamentada como do lado da despesa orçamentada.

9. O ajustamento (contabilístico) de 17,7 mil milhões de patacas da receita global e da despesa global do OR 2016 (18,6 mil milhões de MOP no OR Revisto de 2015)⁹, tem a ver no fundamental com o *princípio de não duplicação de receitas ou de despesas* no mesmo orçamento. Na realidade, desde 2013 têm sido efectuadas transferências avultadas de verbas provenientes da conta central do Governo a favor do orçamento privativo do Fundo de Segurança Social destinadas à capitalização daquele Fundo para fazer face a responsabilidades futuras de despesa em pensões e outros encargos sociais. Correlativamente, tais transferências excepcionais têm aumentado significativamente a despesa efectiva da conta integrada do Governo com contrapartida no apuramento de resultados de exercício muito positivos por parte do FSS (vide nota 11 ao mapa 1 da p.4).

10. Sob o ponto de vista estritamente contabilístico, seguindo **os princípios e melhores práticas internacionais**, e sem pôr causa a decisão política, o que se afiguraria como mais correcto seria considerar tais **transferências entre administrações públicas** à parte da receita e da despesa orçamentada, embora especificada em capítulo informativo e adicional ao orçamento (transferência da conta central da RAEM para capitalização do FSS). No sistema actual, a verba transferida é considerada como despesa no ano do orçamento mas efectivamente só será despendida pelo FSS em **prestações sociais futuras**.

⁹ Vide 1. Mapa do Orçamento da receita e despesa da RAEM (p. 3 e 4 do Resumo do Orçamento da RAEM – Ano Económico de 2016 / Dados suplementares).



Enquadramento macroeconómico

11. A proposta de Orçamento da RAEM para o ano económico de 2016 enquadra-se numa **conjuntura macroeconómica internacional** de fraco crescimento real do produto (PIB) na generalidade das *economias avançadas* e de moderação no ritmo de expansão da actividade económica nas *economias emergentes e em desenvolvimento*. Segundo as previsões macroeconómicas do Fundo Monetário Internacional "World Economic Outlook", de Outubro de 2015, as **economias avançadas**, lideradas pela economia dos EUA, deverão acelerar ligeiramente o seu ritmo de crescimento económico em 2016 para uma taxa de expansão real do produto de 2,2%. Todavia, na Europa (Zona Euro) e no Japão dever-se-á manter um crescimento económico anémico e sem impacto significativo na criação de emprego (situação recentemente agravada na Europa pela crise dos refugiados).

12. Em 2016, perspectiva-se um maior ritmo de expansão do comércio mundial de bens e serviços (4,1% em volume), acompanhado por uma ligeira descida dos preços do petróleo (-2,4%), após uma quebra drástica das suas cotações internacionais no ano em curso (-46,4%). A nível global, as outras matérias-primas apresentam tendências continuadas de quebra de cotações. Relativamente às taxas de juro das principais divisas mundiais é expectável que continuem com níveis historicamente baixos, embora se possa antecipar uma ligeira subida nas taxas de juro dos depósitos em dólares.



Previsões de crescimento da economia mundial

(taxas de crescimento real, %)

	2013	2014	Projeção	
			2015	2016
Economia Mundial	3.3	3.4	3.1	3.6
Economias Avançadas	1.1	1.8	2.0	2.2
EUA	1.5	2.1	2.6	2.8
Japão	1.6	-0.1	0.6	1.0
Zona Euro	-0.3	0.9	1.5	1.6
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	5.0	4.6	4.0	4.5
R.P. China	7.7	7.3	6.8	6.3
Comércio Mundial (bens e serviços)	3.3	3.3	3.2	4.1

Fonte: IMF - *World Economic Outlook* (Outubro de 2015).

13. Por seu turno, em 2016 as **economias emergentes e em desenvolvimento** irão provavelmente acelerar muito ligeiramente o seu ritmo de crescimento económico (4,5%), após uma quebra de dinamismo económico nos anos mais recentes. Em particular, a economia da **R. P. China** irá continuar em 2016 a registar um ritmo de crescimento económico dos mais elevados no mundo (6,3%), embora mais moderado do que em anos recentes e sobretudo bem inferior ao registado em décadas anteriores. Actualmente, a economia e a sociedade chinesa enfrentam o desafio de uma transição para um modelo de crescimento e desenvolvimento mais qualitativo e sustentável e alicerçado na expansão da procura interna.



14. As quebras acentuadas dos preços do petróleo e das principais matérias-primas transaccionáveis, a persistente fraca cotação do Euro nos mercados cambiais e um crescimento dos preços no continente chinês que provavelmente não deverá exceder os 2% são variáveis macroeconómicas que deverão continuar a contribuir em 2016 para aliviar as **pressões inflacionistas externas em Macau¹⁰**, sujeitas também ao comportamento num futuro próximo da divisa chinesa (RMB).

15. Numa conjuntura internacional dominada pela fraca procura mundial, baixa generalizada dos preços das matérias-primas e por taxas de juro historicamente baixas, o crescimento da economia chinesa deverá sustentar-se numa produção de bens e serviços mais dirigida à procura interna, menos inflacionista, mais qualitativa e evoluída tecnologicamente e mais "amiga" do ambiente. As actuais preocupações ambientais e climáticas no continente chinês constituem um enorme desafio de boa governança e uma excelente oportunidade de negócios para o sector privado, inclusive para as empresas sediadas em Macau que podem beneficiar do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais com o Interior da China e Macau (CEPA) e de outras facilidades comerciais e, desse modo, contribuírem para o ensejo de diversificação económica.

16. Na economia de Macau, a taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) tem vindo a registar um movimento descendente e continuado desde o primeiro trimestre de 2014, sobretudo devido ao *comportamento negativo das exportações de serviços* (muito associadas às despesas dos

¹⁰ Para a R.P. China as projecções de crescimento dos preços no consumidor são de 1,5% em 2015 e de 1,8% em 2016. Por seu turno, na Região Administrativa Especial de Hong Kong, as respectivas previsões são de 2,9% em 2015 e de 3,0% em 2016 (FMI, World Economic Outlook, October 2015).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

visitantes com o jogo). Os últimos dados conhecidos, referentes ao terceiro trimestre de 2015, confirmam o decréscimo da riqueza gerada em Macau, tendo o PIB registado uma retracção de 25% em termos reais nos três primeiros trimestres do ano (-24% no terceiro trimestre).

CRESCIMENTO ECONÓMICO EM MACAU

(taxas de crescimento real, em %)

	2013	2014	2015		
	ANO	ANO	I. TRIM.	II. TRIM.	III. TRIM.
Produto Interno Bruto	10.7	-0.4	-24.5	-26.4	-24.2
do qual:					
<i>Exportações de serviços</i>	<i>11.9</i>	<i>-6.3</i>	<i>-35.6</i>	<i>-35.9</i>	<i>-32.4</i>

Fonte: Estimativas do PIB do III Trimestre de 2015 (DSEC, Novembro de 2015).

17. No terceiro trimestre de 2015, o crescimento económico permaneceu negativo (-24,2%) em resultado sobretudo de uma **quebra real das exportações de serviços de -32,4%**, com particular saliência para a redução das *despesas dos não-residentes com o jogo* (-37,4% em termos reais e -34,7% em termos nominais). De modo semelhante, registou-se uma quebra significativa nas *despesas dos não-residentes não associadas ao jogo*, embora com valores não tão drásticos (-15,3%). Entretanto, o *consumo privado* que vinha demonstrando alguma resiliência no passado recente registou no mesmo trimestre uma estagnação em termos reais (3,4% a preços correntes). De igual modo, o *investimento do sector privado*, bem



assim as *importações de bens* praticamente estagnaram relativamente ao trimestre homólogo de 2014.

18. Para 2016, não existem previsões oficiais de crescimento económico e de outras principais variáveis macroeconómicas em Macau, não havendo também indicações estatísticas de que **o processo de ajustamento em curso do nível de receitas brutas mensais arrecadadas com os jogos de fortuna ou azar em casino** tenha estabilizado ao fim de vários meses de declínio (desde Junho de 2014). Os últimos dados da Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos (DICJ) apontam para a arrecadação de um valor da ordem de 16,4 mil milhões de patacas no mês de Novembro de 2015 (-32,3% relativamente ao mês homólogo de 2014). Nos primeiros 11 meses de 2015 a quebra das receitas brutas mensais foi de cerca de 35%, a acrescer à diminuição de perto de 3% registada no ano completo de 2014.

19. A **taxa de inflação** - medida pelo Índice de Preços no Consumidor (Geral) - atingiu nos últimos 12 meses findos em Outubro de 2015 uma variação média homóloga de 4,9 por cento, o que compara com o valor médio de 6,0 por cento registado nos 12 meses de 2014. O comportamento mais recente da variação homóloga dos preços (últimos 4 meses conhecidos de 2015) revela uma tendência de abrandamento ligeiro da taxa de inflação no consumidor desde meados de 2015 (variação homóloga entre 4,9% de Junho e 4,2% em Outubro).

20. Entretanto, no terceiro trimestre de 2015 a **taxa de desemprego** permanece ainda com um valor relativamente baixo (1,9%), sendo a correspondente taxa dos trabalhadores residentes de 2,7%. No mesmo período, a **mediana do rendimento médio mensal do emprego** subiu para 15 000 patacas, comparativamente com o valor de 13 000 patacas do



trimestre homólogo de 2014 (+15%). Demograficamente, verifica-se um crescimento praticamente nulo da população total e dos trabalhadores não residentes, relativamente ao trimestre anterior, o que se afigura indicar, um novo ciclo para a actividade económica em Macau.

Receita global e despesa global – apreciação da receita prevista e da despesa orçamentada

21. A proposta de "Lei do Orçamento de 2016" (LOR 2016), inclui no artigo 2.º uma **receita global estimada em 103 252 milhões de patacas**¹¹ (119 970 milhões de patacas na LOR Revisto 2015) e no artigo 3.º uma **despesa global fixada no valor de 83 717 milhões de patacas** (83 761 milhões de patacas na LOR Revisto 2015).

22. O artigo 4.º da mesma proposta avalia o **saldo do Orçamento central em 3 469 milhões de patacas** (18 805 milhões de patacas na LOR Revisto 2015) e o **resultado do exercício dos organismos especiais** para o mesmo ano económico de 2016 em 14 744 milhões de patacas (17 404 milhões de patacas na LOR Revisto 2015).

23. Tal como aconteceu na apresentação de orçamentos anteriores, o **saldo previsto para os organismos autónomos é nulo**, o que significa a perfeita igualdade entre as receitas e as despesas orçamentadas ou, de outro modo, uma taxa de execução orçamental de 100% para cada um dos organismos autónomos. Ora o que se verifica na execução orçamental é a possibilidade de existirem orçamentos suplementares e de reforço das

¹¹ A fim de facilitar a leitura dos grandes números do orçamento, optou-se por uma ordem grandeza do milhão de patacas (1 000 000 patacas) na presente análise financeira. Mil milhões de patacas equivalem a 1 bilião (1 000 000 000 patacas).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

receitas provenientes de saldos de anos anteriores, verbas que em muitos casos não necessitam de ser despendidas e daí o apuramento de saldos de gerência positivos, nalguns casos de valor relativamente elevado. Assim, por exemplo, na Conta Geral da RAEM de 2014 o saldo apurado para os organismos autónomos foi de 4,5 mil milhões de patacas (28,3 mil milhões de MOP em 2013, estando este último muito influenciado pelo Fundo de Segurança Social).

24. Dever-se-á notar que na presente análise financeira e respectivos mapas financeiros se privilegiou metodologicamente a comparação entre o orçamento proposto para 2016 e o **orçamento revisto para 2015**, deixando de fora deste exercício de comparação o **orçamento autorizado de 2015**, o qual no essencial é diferente do primeiro nas *outras receitas de capital* (as quais passam de 1,96 mil milhões para 4,49 mil milhões de MOP)¹².

25. Na presente proposta de orçamento, sobressai a **quebra significativa da receita global prevista para 2016**, na ordem de menos 16,7 mil milhões de patacas (-13,9%), a qual se deve sobretudo às expectativas de menor cobrança de impostos directos (-14,3%) da conta integrada do Governo. Por seu turno, a **despesa global fixada para 2016 sobe ligeiramente**, em cerca de 1,3 mil milhões de patacas (+1,5%), devido sobretudo ao facto de os **investimentos do plano** decaírem acentuadamente em aproximadamente 3,6 mil milhões de patacas (-24,6%).

26. Em resultado das previsões de receita global e fixação de dotações de despesa global para 2016, a **taxa de poupança global** (saldo global/receita global) desce de 30,2 por cento na LOR Revisto de 2015 para 17,6 por cento

¹² Informação recolhida dos mapas 2 e 3 dos Dados Suplementares de 2016.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

na proposta de orçamento para 2016. Sublinhe-se que o excedente financeiro da conta central do Governo projectado para 2016 (-15,3 mil milhões de MOP relativamente a 2015) está não só em grande parte afectado pela quebra de receitas correntes associadas ao jogo, mas também pelas transferências correntes a favor da conta privativa do FSS. Por este último movimento se explica a razão pela qual o saldo dos organismos especiais não se encontra tão afectado pela quebra de receitas provenientes do jogo (vide quadros 1 e 2 em anexo).

27. De sublinhar que, pelo segundo ano consecutivo, a proposta orçamental reflecte o impacto na despesa do **aumento proposto para o índice de base das remunerações dos trabalhadores da função pública** de 7 900 patacas para 8 100 patacas (+2,53%), com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2016. Deste modo, fica melhor salvaguardado o *princípio da anualidade orçamental* no sentido de que o Governo deve prever todas as receitas e despesas públicas no orçamento a propor à Assembleia Legislativa. O aumento proposto fica aquém da taxa de inflação estimada para 2015 ou expectável para 2016 e, para além disso, não justifica por inteiro o aumento das despesas com pessoal de 6,3% relativamente ao orçamento revisto do ano interior (vide quadro 5).

28. Os quadros 1 e 2 em anexo evidenciam a particularidade de no orçamento proposto para 2016 a despesa global fixada em 85,0 mil milhões de patacas (artigo 3.º do diploma proposto) se apresentar com uma dotação de valor inferior à dotação inscrita na despesa integrada do Governo (91,4 mil milhões de MOP). Esta particularidade encontra a sua explicação principal nas transferências de recursos financeiros da conta central do Governo (despesa assumida no seu orçamento) para a conta privativa do FSS a fim de capitalizar os respectivos fundos próprios destinados a encargos futuros com



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

a segurança social, processo este que conduz à apresentação de resultados de exercício muito positivos por parte do FSS (+14,4 mil milhões de MOP) e subsequentemente no conjunto dos organismos especiais. Os *ajustamentos (contabilísticos)* da ordem de 17,7 mil milhões de patacas, tanto do lado da receita global como da despesa global orçamentada para 2016 visam *não duplicar a receita global* (que no fundo tem origem nos impostos cobrados pelos Serviços Centrais) e *não duplicar a despesa global* (saída de fundos das contas dos Serviços Centrais), sendo certo que o dispêndio destes fundos não ocorrerá no ano do orçamento proposto, mas sim em orçamentos vindouros de data incerta.

Orçamento integrado do Governo – apreciação da receita prevista e da despesa orçamentada.

29. Em termos de apreciação genérica do **orçamento integrado do Governo para 2016¹³**, verifica-se que a receita prevista decresce em cerca de 15,5 mil milhões de patacas (-14%) e a despesa fixada diminui muito ligeiramente em 151 milhões de patacas (-0,2%). O correspondente saldo orçamental previsto desce de 18,8 mil milhões de patacas em 2015 para apenas 3,5 mil milhões de patacas em 2016 (-82%).

30. Não se conhecem integralmente os pressupostos em que o Governo assentou para *estimar um decrescimento anual da receita de -14% e fixar um decrescimento da despesa de -0,2%* no orçamento proposto para a conta integrada do Governo. O discurso de apresentação do Orçamento para 2016 na Assembleia Legislativa por parte do Secretário para os Assuntos de Economia e Finanças, pese embora ter sido repleto de valores de receitas e

¹³ Salvo indicação expressa em contrário, todas as comparações orçamentais compreendem o orçamento proposto para 2016 e o orçamento revisto de 2015.



despesas constantes no Orçamento, não é inteiramente esclarecedor neste ponto, nomeadamente no que diz respeito aos critérios em que assentou a projecção da receita orçamental e as orientações políticas subjacentes (se existiram) na fixação de dotações de despesa por serviços ou organismos, por tutela governativa, por natureza económica da despesa ou por funções ou subfunções governativas. Todavia, a Introdução e as Notas constantes no documento "Proposta do Orçamento da RAEM para o Ano Económico 2016 – Dados suplementares" – permitem aferir que o Governo terá muito provavelmente assumido uma atitude cuidadosa na projecção das receitas correntes, à semelhança de anos orçamentais anteriores.

***Apreciação do orçamento da receita integrada do Governo:
componentes, estrutura e crescimento***

31. Conforme se pode verificar no **Quadro 3** em anexo, o decréscimo previsto da receita integrada do Governo no OR 2016, de menos 15,5 mil milhões de patacas (-14%), deriva principalmente da redução das **receitas correntes associadas ao jogo**, nomeadamente do imposto especial sobre o jogo e prémio (-13,8 mil milhões de MOP), das comissões dos promotores do jogo (-0,3 mil milhões de MOP) e das contribuições para o desenvolvimento urbano, promoção turística e segurança social (-0,8 mil milhões de MOP). A projecção do imposto especial sobre o jogo para 2016 de 70 mil milhões de patacas é inferior em 17% à receita do orçamento revisto de 2015 e representa cerca de -45% em relação à receita cobrada em 2014. É provável que à semelhança de anos anteriores, a cobrança efectiva de impostos directos sobre o jogo fique ligeiramente acima do valor orçamentado para 2015 (taxa de execução orçamental de 83,1% até Outubro, segundo dados disponibilizados no website da DSF).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

32. No conjunto das **receitas correntes associadas ao jogo** apura-se um decréscimo de cerca de 15 mil milhões de patacas (-16,5% relativamente ao OR revisto de 2015), o que explica mais de 95% da quebra da receita integrada total do Governo. Apesar deste significativo decréscimo, as receitas correntes associadas ao jogo no valor global de 75,6 mil milhões de patacas representam, ainda assim, 80% da receita integrada total do Governo projectada para 2016.

33. Por seu turno, o decréscimo das *receitas de capital e reposições* (de -1,11 mil milhões de MOP) resulta, no fundamental, da menor previsão de receitas com a *venda de bens de investimento* (-0,35 mil milhões de MOP) e do apuramento de menores *saldos de anos económicos anteriores* (-0,81 mil milhões de patacas). Sublinhe-se que esta última diferença será ainda mais acentuada quando se considera **o orçamento autorizado pelo Governo para 2015**, o qual reflecte os orçamentos suplementares dos organismos autónomos (+2,53 mil milhões de MOP relativamente ao OR revisto de 2015)¹⁴.

34. Por último, importa ter em consideração que a receita integrada do Governo orçamentada para 2016 tem implícita **a concessão de isenções ou reduções de impostos** avaliada em 2,34 mil milhões de patacas (2,69 mil milhões de MOP no OR Revisto de 2015). O montante global dos benefícios fiscais proposto para 2016, representa sensivelmente 13,4% da receita corrente não-jogo. As isenções ou deduções ao imposto profissional, ao imposto complementar de rendimentos e à contribuição predial fazem

¹⁴ De acordo com o Mapa 2 dos Dados Suplementares de 2016, as **outras receitas de capital** atingem o valor de 4,49 mil milhões de patacas no OR Autorizado para 2015, o que compara com o valor de 1,96 mil milhões de patacas do OR Revisto de 2015 e com o valor proposto para 2016 de 1,15 mil milhões de patacas.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

parte das rubricas de receitas com maior peso no conjunto dos benefícios fiscais (Mapa 8 dos Dados Suplementares 2016).

Despesa integrada do Governo segundo a classificação orgânica

35. A **despesa integrada do Governo** orçamentada para 2016 no valor de 91 360 milhões de patacas, regista uma **ligeira diminuição de 151 milhões de patacas** relativamente ao OR Revisto de 2015 (-0,2%). As principais componentes da despesa revelam comportamentos diferenciados, conforme a seguir se refere:

- Crescimento das **despesas de funcionamento do governo e serviços sem autonomia financeira** no valor de +2,31 mil milhões de patacas (+6,5%);
- Decréscimo acentuado das **despesas com os Investimentos do Plano (PIDDA)** de -3,61 mil milhões de patacas (-24,6%);
- Decrescimento ligeiro nas **comparticipações, consignações e transferências orçamentais¹⁵** de -0,82 mil milhões de patacas (-4,4%);
- Crescimento significativo das despesas com os **organismos autónomos**, da ordem de +1,97 mil milhões de patacas (+8,7%).

36. A decomposição da despesa proposta para 2016 revela que dificilmente se pode considerar o presente orçamento proposto como um **orçamento de "austeridade"**, dado que se as despesas de investimento público se mantivessem ao nível do ano anterior (o que até teria efeitos positivos no crescimento económico), a **despesa do Governo cresceria 4,5%**, ou seja, aumentaria sensivelmente ao ritmo da taxa de inflação expectável.

¹⁵ Trata-se sobretudo de verbas transferidas a favor do orçamento privativo do FSS (organismo especial).



N
V
心
3
B
W
J

37. O quadro 4 em anexo possibilita uma observação analítica da **despesa proposta para 2016 segundo a classificação orgânica**, em comparação com o orçamento revisto de 2015 e as contas da execução orçamental de 2013 e de 2014. Nesse mesmo quadro, a contribuição de cada entidade orgânica para a despesa do orçamento proposto para 2016 está devidamente representada, sendo de sublinhar nos *serviços centrais*, a dimensão financeira das despesas de funcionamento da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (6,0% do total do OR 2016), Direcção dos Serviços de Forças de Segurança de Macau (4,7%), Direcção dos Serviços de Assuntos de Tráfego (1,8%) e Direcção de Serviços dos Assuntos Marítimos e Água (1,2%). No seu conjunto, estas quatro direcções de serviços representam sensivelmente 13,8 por cento da dotação global da despesa integrada do Governo orçamentada para 2016.

38. De notar que a despesa orçamentada para o **Governo da RAEM e Gabinetes** cresce apenas 1,3% e não representa mais do que 1,5% do orçamento da despesa total. A informação adicional disponibilizada pelo Governo à Assembleia Legislativa, através de um Mapa comparativo dos Orçamentos entre 2013 e 2016 permite algum detalhe na apreciação das dotações orçamentais distribuídas por Gabinetes e por Serviços, matéria que foi alvo de interesse por parte dos Deputados da 2.^a Comissão Permanente, e questionamento aos representantes do Governo, conforme o exposto noutro capítulo do Parecer. Sob o ponto de vista estritamente técnico, importa sublinhar que o orçamento de 2016 para o Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura de 174,5 milhões de patacas assume um valor relativamente elevado face ao orçamento dos restantes Gabinetes, mas tal fica a dever-se no fundamental a transferências correntes de 127,3 milhões de patacas, nomeadamente a *transferências para Fundações, Associações e*



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Organizações no valor de 100 milhões de patacas. Tais transferências têm vindo a ser uma constante em orçamentos anteriores (nomeadamente 102 milhões no OR 2015, 108 milhões no OR de 2014, 128 milhões no OR 2013).

39. Bastante mais relevante é o acréscimo proposto para 2016 no que diz respeito às **despesas comuns** (a toda a Administração), as quais passam da dotação de 15,35 mil milhões de patacas no OR Revisto de 2015 para 16,81 mil milhões de patacas no OR de 2016 (+1,46 mil milhões de MOP ou +9,5%). Nas despesas comuns (16,81 mil milhões de MOP), as principais rubricas orçamentadas para 2016, para além da dotação provisional de 1,45 mil milhões de MOP (0,7 mil milhões de MOP no OR Revisto 2015), dizem respeito ao *Plano de comparticipação pecuniária no desenvolvimento económico* (5,99 mil milhões de MOP), *transferências para a conta individual de previdência* (2,95 mil milhões de MOP), *restituições de contribuições e impostos* (1,28 mil milhões de MOP), *transferências de capital para o exterior* (0,88 mil milhões de MOP) e *locação de bens imóveis* (0,64 mil milhões de MOP).

40. Por seu turno, a subida da despesa orçamentada no conjunto dos **organismos autónomos**, da ordem de 1,97 mil milhões de MOP (+8,7%), fica a dever-se nomeadamente aos acréscimos individuais de despesa nos *Serviços de Saúde* (+14,8%), *Instituto de Acção Social* (+15,3%), *Fundo de Desenvolvimento Desportivo* (+45,9%) e *Instituto de Promoção do Comércio e Investimento de Macau* (+66,9%), entre outros.

41. Entre os organismos autónomos de maior peso na despesa proposta para 2016 importa destacar os *Serviços de Saúde* (7,7% da despesa integrada do Governo), *Instituto de Acção Social* (3,2%), *Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais* (2,9%) e *Universidade de Macau* (2,6%), os



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

quais só por si representam 16,4% da despesa total integrada do Governo (vide Quadro 4).

42. Ainda no que se refere à despesa integrada segundo a classificação orgânica, o capítulo 40-00 de **Investimentos do Plano** merece uma análise específica que será efectuada mais à frente, atenta a relevância destas despesas de capital na despesa total integrada do Governo (12,1% no OR de 2016) e a sua contribuição essencial para o crescimento económico e desenvolvimento da Região.

Despesa limite do orçamento central do Governo e saldo orçamental previsto no ano económico de 2016 e respectivas implicações na reserva financeira da RAEM

43. O valor da despesa orçamentada que serve de cálculo à reserva básica é idêntico ao **limite da despesa** a considerar para efeitos de uma eventual revisão orçamental¹⁶ nos termos da lei de enquadramento orçamental. Corresponde ao mapa do **Resumo da Despesa Global dos Serviços Centrais**, por classificação orgânica, que faz parte integrante do orçamento proposto pelo Governo. Segundo o orçamento proposto para 2016, o **limite de despesa a efectuar pelo Governo no ano económico de 2016 é de 88 549,3 milhões de patacas** (87 920,2 milhões de MOP no OR Revisto de 2015).

¹⁶ Haverá lugar a uma revisão orçamental quando ocorrer uma subida da dotação total da despesa inscrita no orçamento aprovado. A redução da receita cobrada face à receita orçamentada, a qual poderá implicar uma descida do saldo orçamental previsto, não exige uma proposta de revisão orçamental a não ser que tal ponha em causa o princípio do equilíbrio orçamental entre receitas e despesas.



44. O limite de despesa a efectuar pelo Governo em 2016 inclui as seguintes dotações de despesa:

- *Despesas do governo e serviços sem autonomia financeira* no valor de 37 864,0 milhões de patacas (35 350,7 milhões de MOP no OR Revisto de 2015);
- *Despesas com os Investimentos do Plano* no valor de 11 068,8 milhões de patacas (14 683,5 milhões de MOP no OR Revisto de 2015);
- *Despesas em contas de ordem – consignações, comparticipações e transferências orçamentais* a favor dos orçamentos privativos dos organismos autónomos e dos organismos especiais¹⁷ no valor de 39 616,5 milhões de patacas (37 685,9 milhões de MOP no OR Revisto de 2015).

— 45. Consequentemente, a **reserva básica** após aprovação e publicação da presente proposta de orçamento terá de subir para o valor equivalente a 150 por cento do limite de despesa autorizado para a conta central do Governo no orçamento de 2016. Tal valor corresponderá a $150\% \times 88\,549,3$ milhões de MOP = **132 823,9 milhões de patacas**. A **reserva extraordinária** será encontrada por diferença entre os capitais da reserva financeira à data do novo ajustamento e o valor actualizado da reserva básica.

46. Estima-se que o novo valor da **reserva financeira da RAEM** a partir de Janeiro de 2016 seja de **433 557,6 milhões de patacas**, do qual: (i) **reserva básica** de 132 823,9 milhões de patacas e (ii) **reserva extraordinária** de 300 733,7 milhões de patacas. O novo valor da reserva

¹⁷ Nestas transferências de recursos financeiros da conta central para as contas privativas dos organismos autónomos e organismos especiais sobressaem as transferências orçamentadas a favor do orçamento privativo do FSS de 2016 no total de 17,4 mil milhões de patacas, incluindo comparticipações de 3,95 mil milhões e transferências excepcionais de 13,5 mil milhões de patacas.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

financeira, a constituir provavelmente em Janeiro de 2016, pressupõe a integração do saldo de execução orçamental de 2014, no valor de 90 296,4 milhões de patacas e a capitalização do rendimento acumulado no exercício de 2015 (de 639,0 milhões de patacas até 30 de Setembro de 2015). O quadro a seguir exposto ilustra a referida estimativa para Janeiro de 2016 e traça um quadro evolutivo da situação financeira da Reserva desde a sua criação.

RESERVA E SUAS COMPONENTES	Ano económico de 2012		Ano económico de 2013		Ano económico de 2014		Ano económico de 2015		Estimativa Jan. 2016 *
	13 Fev. 2012	31 Dez. 2012	31 Jan. 2013	31 Dez. 2013	31 Jan. 2014	31 Dez. 2014	31 Jan. 2015	30 Set. 2015	
Reservas patrimoniais	98,859,347	100,240,201	164,219,625	168,898,934	242,585,708	246,337,435	342,131,294	343,261,192	433,557,558
Capital da Reserva	98,859,347	98,859,347	163,984,986	163,984,985	241,659,720	241,659,720	342,622,174	342,622,174	433,557,558
Reserva básica *	98,801,085	98,801,085	110,971,182	111,920,682	115,630,375	116,455,375	134,326,761	131,880,241	132,823,899
Reserva extraordinária	58,262	58,262	53,013,603	52,064,303	126,029,345	125,204,345	208,295,413	210,741,934	300,733,659
Rendimento líquido (acumulado)		1,380,854	234,640	4,913,949	925,988	4,677,715	-490,881	639,018	
Taxa de rentabilidade do período			1.40%		3.00%		2.00%	-0.10%	0.19%
Taxa de rentabilidade anual			1.60%		3.00%		2.00%	0.25%	

Notas: # Pressupõe a integração do saldo de execução orçamental de 2014 (MOP 90 296,366 milhões) a acrescer ao valor das reservas patrimoniais em 30 Set. 2015.

* Valor equivalente a 150% do orçamento dos serviços centrais (MOP 68 549,265,800) da proposta de lei do OR 2016 a autorizar pela Assembleia Legislativa.

Fontes: Relatórios Anuais da Reserva Financeira da RAEM ou Sinopses Mensais dos Valores Activos e Passivos da Reserva Financeira da RAEM e proposta de lei do OR 2016.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

47. O valor da reserva financeira projectado para Janeiro de 2016, de aproximadamente 433,6 mil milhões de patacas, é superior ao apresentado pelo Governo no Mapa 9 dos Dados Suplementares de 2016, no montante de 343,3 mil milhões de patacas, devido ao facto de nesse valor de Janeiro estar incluído o saldo de execução orçamental de 2014 (no valor de 90,3 mil milhões de MOP), sujeito no entanto a competente Resolução da Assembleia Legislativa relativa à "apreciação do relatório sobre a execução orçamental de 2014".

Investimentos do Plano (PIDDA)

48. Do orçamento integrado do Governo fazem parte as despesas com o **Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA)**, com uma dotação global de **11,07 mil milhões de patacas** que compara com a dotação de 14,69 mil milhões do orçamento do PIDDA Revisto de 2015 (-3,16 mil milhões de MOP ou -24,6%). Sublinhe-se que o Secretário para a Economia e Finanças prestou ao Plenário da Assembleia Legislativa os devidos esclarecimentos a esse respeito. Acresce que a baixa taxa de execução orçamental do PIDDA no ano em curso, de 20% no período de Janeiro a Outubro, segundo dados prestados pelo Governo à Comissão, faz antever que transitem para 2016 parte das acções de investimento não realizadas anteriormente. Na realidade, de um orçamento autorizado de 31/10/2015 no valor global de 14,68 mil milhões de patacas foram efectuados pagamentos de 2,92 mil milhões de patacas nos primeiros 10 meses de 2015.



5
N. C. 2
BR
W
J
S

49. De realçar que o Governo apresentou na reunião com a Comissão um conjunto de **18 programas orçamentais**¹⁸ não só com valores de dotações inscritas para 2016, mas também com uma projecção de **valores indicativos** a inscrever em futuros orçamentos até ao ano de conclusão dos respectivos programas. Trata-se, sem dúvida, de algum progresso na informação prestada à Assembleia Legislativa, mas que ainda carece de ser melhorada e eventualmente contemplada na futura lei de enquadramento orçamental, nomeadamente quanto aos encargos totais com cada programa orçamental, incluindo os encargos de anos anteriores e posteriores ao do ano do orçamento, calendarização dos programas e respectivas acções e subacções e pressupostos em que assentam as estimativas dos encargos futuros (a preços correntes ou a preços constantes, a preços sujeitos a revisão contratual, etc.). Deste modo, seria possível acompanhar não só a taxa de execução orçamental do ano em curso, mas também a taxa de execução acumulada do programa orçamental desde o seu arranque e avaliar possíveis desvios ao calendário de execução previsto.

50. O quadro 7 em anexo resume as intenções de investimento público do orçamento para 2016, segundo a classificação funcional da despesa, em comparação com a Execução Orçamental de 2014, a Execução Orçamental de Janeiro a Outubro de 2015, o Orçamento Revisto de 2015 e o Orçamento Autorizado de 2015 (31/10/2015). As dotações propostas para 2016 são particularmente mais modestas do que as inscritas no OR Revisto de 2015 no que diz respeito às rubricas da despesa funcional em *Habitação* (-50%), bem assim como no que diz respeito às dotações de *ordenamento físico e ambiente* (-64%) e *Transportes* (-26%). As ligeiras correções na dotação actual (31/10/2015) relativamente à dotação do OR revisto de 2015 não

¹⁸ Programas Orçamentais constantes nos Dados Suplementares do OR 2016, na nota (16) da página 34.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

alteram no fundamental a generalizada quebra nas dotações de investimento propostas para 2016 por funções ou subfunções governativas.

Orçamento da despesa integrada do Governo para 2015 segundo a classificação económica

51. A observação da evolução da **despesa segundo a classificação económica** (quadro 5 em anexo) deve ter presente que a mesma não inclui as contas de despesa do Fundo de Segurança Social desde 2014. O decréscimo da despesa proposta para 2016 (-150 milhões de MOP ou -0,2%) acontece por via sobretudo da significativa diminuição do PIDDA abrangido na rubrica de *despesas de capital em investimentos* (-3,2 mil milhões de MOP), conforme anteriormente referido.

52. Nas despesas de capital também se verifica uma diminuição significa na dotação afecta a *activos financeiros* (-1,2 mil milhões de MOP) atribuível sobretudo ao menor *investimento em títulos*. Note-se que nesta rubrica estão incluídas nomeadamente as injecções de capital público na sociedade "Macau Metro Ligeiro, SA" que deverão atingir o valor total de 700 milhões de patacas até 2018¹⁹. De sublinhar, ainda nas despesas de capital, a inscrição no orçamento de 2016 de uma dotação de 885 milhões de patacas em *transferências de capital para o exterior* para assegurar o transporte e abastecimento de água bruta a Macau proveniente do Interior da China. Acresce a estas despesas de capital, efectuadas no exterior, a dotação de despesa do PIDDA de 2016 de 40,7 milhões de patacas em "instalações para água" e ainda a dotação inscrita nas despesas correntes da Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e Água de 360 milhões de patacas com a aquisição de água bruta (275 milhões de despesa paga em 2014).

¹⁹ De acordo com a Nota (18) dos Dados Suplementares do OR 2016.



53. No capítulo das **despesas com pessoal**²⁰ o crescimento da dotação orçamental para 2016 de 6,3% relativamente à dotação do orçamento revisto para 2015 só em parte se explica pelo aumento do índice 100 da tabela indiciária dos vencimentos dos trabalhadores da administração pública de 7 900 patacas para 8 100 patacas (+2,53%). Outros factores que poderão explicar aquele acréscimo de despesa têm possivelmente a ver com o aumento previsível de pessoal nos serviços e organismos públicos, conforme elementos de informação constantes nos Dados Suplementares do OR 2016. Sublinhe-se que face à estimativa mais recente do número de pessoal no final do ano de 2015 (33 880 trabalhadores), a previsão de 36 163 trabalhadores no final do ano de 2016 significa um acréscimo de 6,7% no número total de trabalhadores afecto à Administração Pública. Tal como na proposta de OR para 2015, de novo, os Dados Suplementares para 2016 são omissos em termos de nota explicativa sobre esta importante rubrica de despesa.

54. No capítulo das **despesas em bens e serviços** verifica-se um aumento ligeiro na dotação global inscrita para 2016 (+1,4%). Todavia, a nota (13) dos Dados Suplementares ao Orçamento de 2016 (página 28) é bastante esclarecedora quanto à composição das principais dotações de despesa incluídas neste capítulo da classificação económica. De entre estas destaca-se a *locação de bens imóveis* com o valor orçamentado para 2016 de 1 092 milhões de patacas, dotação que sobe consideravelmente em relação ao OR Revisto de 2015 (+39%) ou à despesa efectiva de 2014 (+69%). Recuando um pouco mais verificamos que a despesa efectiva de 2012 foi de 564 milhões de patacas, o que significa que existe um aumento previsível de 94% nesta rubrica de despesa no espaço de 4 anos (entre 2012 e 2016). Muito provavelmente associada à despesa orçamentada com a *locação de*

²⁰ Esta rubrica não abrange as despesas com pessoal dos oito organismos especiais.



bens imóveis (1 092 milhões de MOP) poder-se-á constar também uma dotação de despesa muito significativa em *condomínio e segurança* (783 milhões de MOP) e em *construções e grandes reparações* (146 milhões de MOP), despesas que registam de igual modo um aumento muito acentuado relativamente aos valores da despesa paga em 2014.

Orçamento da despesa integrada do Governo para 2016 segundo a classificação funcional

55. A prossecução de políticas públicas com orientações sociais da despesa pública encontra-se reflectida no orçamento para 2016 na **despesa segundo a classificação funcional**, pese embora a não inclusão das despesas efectuadas nomeadamente pela Fundação Macau. Em particular, a **despesa proposta nas funções sociais atinge os 32,3 mil milhões de patacas**, o que representa 35% da despesa integrada do Governo, a que importa acrescer uma parte da despesa social classificada em **outras funções** (31%), nomeadamente a referente a transferências para o Fundo de Segurança Social²¹ e as relativas ao Plano de comparticipação pecuniária no desenvolvimento económico, entre outros subsídios ou apoios de natureza social.

56. O quadro seguinte retrata a orientação da despesa segundo as diferentes funções governativas, não incluindo as despesas de investimento do PIDDA, as quais estão sujeitas a variações cíclicas ou anualmente mais pronunciadas do que as verificadas em relação às despesas de funcionamento nos diversos serviços e organismos da Administração Pública.

²¹ As quais todavia na sua parte mais substancial não podem ser classificadas como despesa social da segurança final no ano do orçamento de 2016, subsistindo porém a intenção governativa de reforçar os fundos próprios destinados a esta finalidade.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Orçamento da Despesa Integrada do Governo, segundo a classificação funcional (sem PIDDA)
(valores em milhares de patacas)

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL <i>Designação das Funções</i>	ORÇAMENTO 2015		ORÇAMENTO 2016	
	Dotação <i>Revista</i>	Estrutura <i>%</i>	Dotação <i>Proposta</i>	Estrutura <i>%</i>
Funções Gerais de Administração	14 796 324	19.3	15 356 871	19.1
Serviços Gerais da Administ.Pública	10 012 581	13.0	10 286 029	12.8
Segurança Pública	4 783 743	6.2	5 070 842	6.3
Funções Sociais	26 464 929	34.4	28 929 451	36.0
Educação	9 693 369	12.6	10 516 436	13.1
Saúde	5 904 338	7.7	6 742 359	8.4
Segurança e Acção Sociais	7 639 587	9.9	8 142 422	10.1
Habitação	582 499	0.8	539 010	0.7
Outros Serviços Colectivos / Sociais	2 645 136	3.4	2 989 225	3.7
dos quais:				
Cultura	1 187 546	1.5	1 251 962	1.6
Desporto e Recreio	709 308	0.9	1 010 260	1.3
Outros	748 283	1.0	727 003	0.9
Funções de Serviços Económicos	6 764 363	8.8	7 669 138	9.6
Administração, regulam. e Investigação	2 404 942	3.1	2 289 045	2.9
Infraestruturas	0	0.0	885 200	1.1
Transportes	1 751 125	2.3	1 849 724	2.3
Turismo	1 333 738	1.7	1 191 586	1.5
Ordenamento físico e ambiente	608 387	0.8	482 842	0.6
Outros serviços económicos	666 172	0.9	970 742	1.2
OUTRAS FUNÇÕES	28 801 475	37.5	28 335 726	35.3
Operações da dívida pública	0	0.0	0	0.0
Transferências Sector Público #	18 519 162	24.1	17 698 915	22.0
Diversas, não especificadas	10 282 313	13.4	10 636 811	13.2
DESPESA INTEGRADA DO GOVERNO	76 827 091	100.0	80 291 186	100.0

Fonte: Desdobramento das Despesas Públicas por Classificação Funcional após Integrada (sem PIDDA) 2015-2016, (DSF, Governo da RAEM)

57. A repartição funcional das despesas de funcionamento dos serviços e organismos públicos revela o peso dominante da despesa orçamentada nas **funções sociais** (36% da despesa total integrada do Governo), cujo valor total de 28,9 mil milhões de patacas, inscrito no orçamento de 2016, é



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

susceptível de incluir uma parte muito significativa da despesa social classificada nas **outras funções - diversas não especificadas**, nomeadamente das que dizem respeito ao *plano de comparticipação pecuniária* (6 mil milhões de MOP).

58. A função **Educação** é a que mais se destaca no conjunto das funções sociais, representando sensivelmente 13,1% do orçamento da despesa integrada do Governo (sem PIDDA) para 2016²². A dotação orçamental da função de Educação para 2016 é da ordem de 10,52 mil milhões de patacas e é a das que mais cresce relativamente ao OR Revisto de 2015 (+8,5%).

Orçamento de Rendimentos e Gastos dos Organismos Especiais para o ano económico de 2016

59. Segundo o **orçamento integrado dos organismos especiais para 2016** (quadro 8 do anexo) a soma dos *rendimentos orçamentados* cifra-se em 26,12 mil milhões de patacas, valor inferior em 8% ao do OR Revisto de 2015 (28,26 mil milhões de MOP). Por seu turno, a soma dos *gastos orçamentados* para 2016 atinge um valor da ordem de 11,38 mil milhões de patacas, inferior em 5% ao do orçamento revisto do ano anterior (10,86 mil milhões de MOP). Daqui deriva um resultado previsto para o exercício de 2016 de cerca de +14,74 mil milhões de patacas, inferior ao orçamentado para 2015 (+17,40 mil milhões de MOP).

60. As contas orçamentais agregadas dos organismos especiais estão muito influenciadas pelos movimentos de fundos (transferências correntes)

²² Não se encontra aqui incluída qualquer verba a despender pela Fundação Macau na função educativa (como qualquer outro organismo especial, a FM não está obrigada a seguir a classificação funcional da despesa).



entre a conta central e o Fundo de Segurança Social, entidade que mobiliza um grande volume de recursos financeiros em transferências do orçamento central (cerca de 18 mil milhões de MOP) e a que se fica a dever o apuramento de avultados resultados do exercício (14,4 mil milhões de MOP no OR de 2016). Esta movimentação de fundos reflecte um processo de acelerada capitalização dos capitais próprios do FSS através de uma transferência de recursos financeiros públicos provenientes da conta central do Governo, sem contrapartida num aumento das contribuições dos empregadores e trabalhadores do sector privado, futuros beneficiários das prestações sociais atribuídas por aquele Fundo. Na realidade, no OR de 2016 está prevista uma arrecadação de 161 milhões de patacas em *contribuições dos empregadores e trabalhadores* a que acresce uma receita esperada de 400 milhões de patacas na *tакса de contratação de trabalhadores não residentes*, o que compara com um montante orçamentado em *pensões e outras prestações sociais* de 4 086 milhões de patacas.

61. Importa notar que os organismos especiais não contabilizam nos gastos orçamentados as **despesas de investimento** previstas para 2016²³, no valor global de 409,6 milhões de patacas (389,9 mil milhões de MOP no OR Revisto de 2015), dos quais 259 milhões de patacas dizem respeito à Fundação Macau e 96 milhões de patacas à Direcção dos Serviços de Correios. Por não existir uma demonstração de fluxos de caixa nestes organismos (à semelhança do previsto e praticado na contabilidade empresarial em regime de acréscimo segundo as Normas de Relato Financeiro aprovadas na RAEM), fica por demonstrar a sua capacidade financeira em realizar investimentos sem recurso a subsídios da conta central, sendo certo que estes organismos dispõem de uma autonomia patrimonial efectiva traduzida nas suas

²³ No regime de acréscimo são apenas considerados como gastos as dotações para amortizações ou reintegrações do exercício.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

N. V. 1
M. 7/8
V. 1/3

demonstrações financeiras (balanço do final de cada ano económico).

62. A situação líquida dos organismos especiais reportada a 31.12.2014 é globalmente positiva segundo dados incluídos no "relatório sobre a execução do Orçamento de 2014" (activos-passivos estimados em 108,4 mil milhões de MOP), tendo a mesma melhorado substancialmente relativamente a 31.12.2013 (62,8 mil milhões de MOP) devido sobretudo à integração das contas do FSS nos organismos especiais no exercício de 2014 (activos líquidos no final do ano avaliados em 37,8 mil milhões de MOP). No final do ano de 2014, importa salientar também a relevância dos capitais próprios da Fundação Macau (25,2 mil milhões de MOP), do Fundo de Pensões (15,5 mil milhões de MOP) e das reservas patrimoniais da Autoridade Monetária de Macau (27,3 mil milhões de MOP).

V –Conclusão

Em conclusão, apreciada e analisada a proposta de lei, a Comissão:

- a) É de parecer que a proposta de lei reúne os requisitos necessários para apreciação e votação, na especialidade, pelo Plenário;

- b) Sugere que, na reunião plenária destinada à votação na especialidade da presente proposta de lei, o Governo se faça representar, a fim de poderem ser prestados os esclarecimentos necessários.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Macau, 7 de Dezembro de 2015.

A Comissão,

Chan Chak Mo
(Presidente)

Sio Chi Wai
(Secretário)

Fong Chi Keong

Chui Sai Cheong

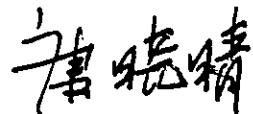
Ng Kuok Cheong



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa



Mak Soi Kun



Tong Io Cheng



Leong Veng Chai



Chan Hong



Si Ka Lon

QUADRO 1
PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE RECEITAS E DESPESAS DA RAEM PARA O ANO ECONÔMICO DE 2016
- SÍNTSE E COMPARAÇÃO COM O ORÇAMENTO REVISTADO DA RAEM DE 2015 -

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2015 Revisto # (09-06-2015)	OR/2016 Proposta	Variação OR/2015/16	Var. %	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2015 Revisto # (09-06-2015)	OR/2016 Proposta	Variação OR/2015/16	Var. %
Receitas correntes					Despesa ordinária integrada do Governo				
01 - Impostos Diretos	107,444,781,100	93,070,245,100	-14,374,535,000	-13,4	01-00 Governo e Serviços sem Autonomia Financeira	35,539,964,900	37,853,461,700	2,313,496,800	6,5
02 - Impostos Indiretos	92,735,842,900	79,456,698,600	-13,279,144,300	-14,3	01-00 Governo e Gabinetes - Encargos Gerais	1,364,712,600	1,382,571,100	17,858,500	1,3
03 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	4,795,899,200	4,473,083,400	-322,816,100	-6,7	05-00 Dir. Serv. Administração e Função Pública	4,998,731,600	5,495,220,200	-496,538,600	-9,9
04 - Rendimentos da Propriedade	1,937,849,900	1,875,848,100	-62,901,800	-3,2	07-00 Dir. Serv. Estatística e Censos	191,717,700	196,917,400	5,144,700	2,7
05 - Transferências	1,755,342,500	1,726,806,800	-28,541,700	-1,6	08-00 Dir. Serv. de Regulação de Telecomunicações	126,737,000	169,854,100	43,127,100	34,0
06 - Venda de Bens Duradouros	4,910,915,000	4,197,203,000	-713,712,000	-14,5	11-00 Penas e Reformas	425,265,200	464,037,100	38,771,900	9,1
07 - Venda de Serviços e Bens não Duradouros	1,225,360,200	1,236,741,000	11,188,800	0,9	12-00 Despesas Comuns	12,105,500	7,941,200	-4,164,300	-34,4
08 - Outras Receitas Correntes	81,849,600	101,414,100	19,564,500	23,9	13-00 Gab. Apoio ao Executivo Superior	15,347,001,000	16,899,166,300	1,462,185,300	9,5
Receitas de capital	2,870,874,200	1,759,040,900	-1,111,833,400	-38,7	14-00 Dir. Serv. para os Assuntos de Tráfego	226,552,700	243,242,700	16,690,800	7,4
09 - Venda de Bens de Investimento	490,378,200	152,245,300	-338,132,900	-65,0	15-00 Dir. Serv. Interna e Juventude e Identificação	1,541,855,400	1,662,557,200	114,701,800	7,4
10 - Transferências	20,000	21,000	1,000	5,0	16-00 Dir. Serv. Identificação	59,673,800	52,086,400	-7,587,400	-12,7
11 - Ativos Financeiros	392,850,000	424,691,000	31,841,000	8,1	17-00 Dir. Serv. Economia	289,810,800	272,984,200	-16,826,600	-5,5
12 - Passivos Financeiros	0	0	0	..	18-00 Dir. Serv. da Administração da RAEM	211,242,500	208,363,500	-2,879,000	-1,4
13 - Outras Receitas de Capital	1,956,728,000	1,150,655,500	-806,072,500	-41,2	19-00 Dir. Serv. de Proteção Ambiental	517,340,700	525,179,100	7,838,400	1,5
14 - Reposições não Abaixadas nos Pagamentos	30,498,100	31,428,100	530,000	1,7	20-00 Dir. Serv. Forças de Segurança dos Municípios e de Águas	676,711,100	719,228,600	42,517,500	6,3
Receitas Ordinária integrada do Governo	110,315,638,400	94,829,286,200	-15,386,352,200	-14,0	21-00 Dir. Serv. Gabinete de Comunicação Social	303,563,900	317,600,800	14,116,900	7,7
Rendimento dos Organismos Especiais					22-00 Conselho dos Magistrados Judiciais	128,391,700	122,823,100	-5,568,600	-4,3
11- Receitas legais e transfinanciadas do OR	22,750,684,500	22,231,705,200	-518,979,300	-2,3	23-00 Serviços de Policiais Unidários	40,819,700	40,537,700	-282,800	-0,7
12- Reditos de vendas e de prestação de serviços	226,469,900	229,830,000	3,360,100	1,5	24-00 Dir. Inspeção e Coordenação das Forças	232,678,800	255,121,300	24,442,700	1,0
13- Rendimentos de aplicações financeiras e de investimentos	5,193,547,000	3,561,685,900	-1,631,861,100	-31,4	25-00 Dir. Serv. de Assuntos de Justiça	1,256,012,200	1,115,549,900	-140,462,300	-11,2
14- Outros rendimentos	81,682,900	99,931,100	11,248,200	12,7	26-00 Dir. Serv. para os Assuntos Laborais	4,068,025,000	4,313,106,900	245,071,900	6,0
Rendimento integrado dos Organismos Especiais	172,255,394,700	172,152,123,100	-1,103,232,600	-0,6	27-00 Conselho dos Magistrados Judiciais	388,774,100	354,976,200	-33,797,900	-9,7
Receita do Governo + Rendimento OE	138,575,039,700	120,952,438,400	-17,622,601,300	-12,7	28-00 Dir. Serv. Cartografia e Cadastro	629,480	605,800	-23,680	-13,0
Ajustamento	-18,605,412,100	-17,700,915,400	904,496,700	-4,9	29-00 Policia Judicial	80,275,200	80,558,800	283,600	0,4
RECEITA GLOBAL	119,999,637,600	103,515,152,600	-16,713,104,600	-13,9	30-00 Direção dos Serviços de Protocolo Ambiental	837,398,700	857,795,500	426,800	0,0
Gastos dos Organismos Especiais					31-00 Dir. Serv. de Assuntos de Justiça	332,029,700	333,659,200	1,609,500	0,5
11- Gastos integrados dos Organismos Especiais	22,750,684,000	22,231,705,000	-518,979,100	-2,3	32-00 Dir. Serv. de Assuntos de Justiça	288,774,100	285,818,900	-3,729,900	-1,5
12- Gastos integrados dos Organismos Especiais	226,469,900	229,830,000	3,360,100	1,5	33-00 Dir. Serv. de Assuntos de Justiça	475,927,800	458,886,900	-17,040,900	-3,6
13- Gastos integrados dos Organismos Especiais	5,193,547,000	3,561,685,900	-1,631,861,100	-31,4	34-00 Conselho dos Magistrados Judiciais	150,025,000	179,834,200	29,779,200	19,8
14- Gastos integrados dos Organismos Especiais	81,682,900	99,931,100	11,248,200	12,7	35-00 Instituto Cultural	423,808,500	445,463,200	21,654,700	5,1
DESPESA GLOBAL	91,510,632,600	81,559,963,500	-10,950,669,100	-12,6	36-00 Investimento do Plano	14,633,541,600	11,068,782,000	-3,614,759,600	-21,6
Gastos dos Organismos Especiais					37-00 Comissões de Ordem - Consig. Compart. e Transf. Orgam.	18,519,162,100	17,698,915,400	-92,246,700	-4,4
11- Gastos integrados dos Organismos Especiais	22,750,684,000	22,231,705,000	-518,979,100	-2,3	38-00 Organismos Autónomos	22,767,964,000	24,738,809,200	1,970,445,200	8,7
12- Gastos integrados dos Organismos Especiais	226,469,900	229,830,000	3,360,100	1,5	DESPESA GLOBAL	91,510,632,600	81,559,963,500	-10,950,669,100	-12,6
13- Gastos integrados dos Organismos Especiais	5,193,547,000	3,561,685,900	-1,631,861,100	-31,4	SALDOS ORÇAMENTAIS E RESULTADO DOS OE				
14- Gastos integrados dos Organismos Especiais	81,682,900	99,931,100	11,248,200	12,7	Saldo da Conta Integrada do Governo	18,805,022,800	3,469,317,500	-15,335,704,900	-81,6
RECEITA GLOBAL	119,999,637,600	103,515,152,600	-16,713,104,600	-13,9	Saldo do Organismo Central	18,805,022,800	3,469,317,500	-15,335,704,900	-81,6
FONTE: # Orçamento Revisto de 2015 - Lei n.º 5/2015 - publicado no Boletim Oficial da RAEM n.º 23 de 08-06-2015 e Proposta de OR/2016 (DSF, Governo da RAEM).					Resultado agregado dos Organismos Especiais	17,403,593,400	14,744,164,700	-2,659,429,600	-15,3
					DESPESA GLOBAL + SALDO GLOBAL	119,963,627,600	103,251,521,000	-16,713,104,600	-13,9

LEI/CR/RAEM/2016 final - completo
07/12/2015

QUADRO 2
SÍNTESSE DAS RECEITAS E DAS DESPESAS GLOBAIS
DO ORÇAMENTO PROPOSTO DA RAEM PARA O ANO ECONÓMICO DE 2016

澳門特別行政區立法會
 Região Administrativa Especial de Macau
 Assembleia Legislativa



(valores em milhares de patacas)

		RECEITAS E DESPESAS GLOBAIS					
		Execução Orçamental		OR Inicial		Variação	
		Conta 2012 <i>(Jan - Dez.)</i>	Conta 2013 <i>(Jan - Dez.)</i>	Conta 2014 <i>(Jan - Dez.)</i>	2015 <i>(09-06-2015)</i>	2016	OR Revisão 2015 / OR 2016
1.	Receita Global	154 317 661	188 367 741	171 743 212	154 657 511	119 969 628	103 251 533
1.1	Receita Integrada do Governo	144 994 543	175 949 331	161 161 048	145 003 539	110 315 655	94 829 286
1.1.1	Receitas correntes	130 217 496	152 567 185	156 735 107	142 132 655	107 444 781	93 070 245
1.1.2	Receitas de capital	14 777 047	23 382 146	5 125 941	2 870 874	2 870 874	1 759 041
1.2	Rendimento agregado dos Organismos Especiais	9 427 144	12 699 061	26 413 933	29 934 711	28 259 384	26 123 152
	Ajustamento	-104 125	-280 651	-16 531 829	-20 280 739	-18 605 412	-17 700 915
2.	Despesa Global	156 681 918	154 704 309	59 415 800	83 716 598	83 761 012	85 038 010
2.1	Despesa Integrada do governo	54 012 623	51 388 612	67 078 347	93 141 616	91 510 653	91 359 968
2.1.1	Governo e serviços sem autonomia financeira	24 355 704	25 823 241	29 333 625	35 239 965	35 539 965	37 853 462
2.1.2	Investimentos PDDA	13 948 787	7 033 110	7 255 438	14 683 572	11 068 782	2 313 497
2.1.3	Contas de Ordem - consignações, comparticipações e transferências	143 534	291 262	12 734 822	20 194 489	18 519 162	17 698 915
2.1.4	Organismos Autónomos	15 564 559	18 240 959	17 754 462	22 821 820	22 767 964	24 738 809
2.2	Gasto agregado dos Organismos Especiais	2 777 419	3 596 848	8 869 282	10 855 791	10 855 791	11 378 988
	Ajustamento	-104 125	-280 651	-16 531 829	-20 280 739	-18 605 412	-17 700 915
3.	Saldo Global	97 631 644	133 662 932	112 322 412	70 940 813	36 208 616	18 213 483
3.1	Saldo orçamental da conta integrada do Governo	90 981 919	124 560 719	94 782 701	51 861 893	18 805 033	3 469 318
	Saldo da Conta Central	72 760 786	96 284 738	90 296 366	51 861 893	18 805 023	3 469 318
	Saldo dos Organismos Autónomos	18 221 134	28 275 980	4 486 335	0	0	...
3.2	Resultado do Exercício dos Organismos Especiais	6 649 724	9 102 213	17 544 711	19 078 920	17 403 593	14 744 115

FONTE: Conta da RAEM de 2012, de 2013 e de 2014, OR Inicial de 2015 e OR Revisto de 2015 (09-06-2015) e Proposta de OR/2016 e Dados Suplementares (DSF, Governo da RAEM).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

QUADRO 3

ORÇAMENTO DA RECEITA INTEGRADA DO GOVERNO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2016
SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

(valores em milhares de patacas)

Receita segundo a classificação económica	Contas sem inclusão dos organismos especiais *						
	Execução Orçamental		Orçamento 2015 Revisto	Orçamento Proposto 2016 Estrutura	Variação		
	CONTA 2013	CONTA 2014			%	Valor	%
RECEITAS CORRENTES							
Impostos Directos	152 567 185	156 735 107	107 446 781	93 070 245	98.1	-14 374 536	-13.4
Imposto profissional	132 391 803	136 016 686	92 735 843	79 456 699	83.8	-13 279 144	-14.3
Contribuição predial urbana	462 097	581 205	601 155	771 475	0.8	170 321	28.3
Imposto complementar	3 501 203	4 433 873	4 026 000	4 248 000	4.5	222 000	5.5
Jogos de fortuna ou azar ou outros jogos em casino #	125 846 324	127 977 560	85 176 000	71 378 200	75.3	-13 797 800	-16.2
Comissões dos promotores de jogo	732 545	690 706	528 455	190 000	0.2	-338 455	-64.0
Receitas das concessões de exclusivos	303 808	341 789	325 903	339 065	0.4	13 162	4.0
Outros impostos sobre o rendimento	313	389	1 330	19 958	0.0	18 628	1400.5
Imposto de circulação	235 564	254 648	243 000	400 000	0.4	157 000	64.6
Impostos Indirectos	5 521 296	5 665 472	4 795 900	4 473 083	4.7	-322 816	-6.7
Imposto de Turismo	648 837	801 950	727 444	541 939	0.6	-185 506	-25.5
Imposto de selo / diversos e especial	3 121 403	3 125 789	2 421 919	2 027 961	2.1	-393 958	-16.3
Imposto de consumo / diversos	465 525	457 158	456 330	1 220 000	1.3	763 670	167.4
Imposto sobre veículos motorizados	1 285 530	1 280 575	1 190 206	683 184	0.7	-507 022	-42.6
Taxas, multas e outras penalidades	1 973 258	2 333 442	1 937 850	1 875 848	2.0	-62 002	-3.2
Rendimentos de propriedade	3 356 447	3 050 455	1 755 343	1 726 801	1.8	-28 542	-1.6
Prémios provenientes de concessão de terrenos	2 690 407	2 624 240	1 293 945	1 095 856	1.2	-198 088	-15.3
Outros rendimentos de propriedade	666 040	426 215	461 398	630 944	0.7	169 546	36.7
Transferências	7 807 249	8 192 071	4 910 915	4 197 203	4.4	-713 712	-14.5
Contribuição p/ desenv.urbano, prom.turística e seg.social	7 643 061	7 840 047	4 804 800	4 000 000	4.2	-804 800	-16.7
Outras transferências	164 188	352 024	106 115	197 203	0.2	91 088	65.8
Venda de bens e serviços	1 157 159	1 178 441	1 227 082	1 239 197	1.3	12 116	1.0
Outras receitas correntes	359 973	298 540	81 850	101 414	0.1	19 565	23.9
RECEITAS DE CAPITAL E REPOSIÇÕES							
	23 382 146	5 125 941	2 870 874	1 759 041	1.9	-1 111 833	-38.7
Venda de bens de investimento	4 681 351	498 023	490 378	152 245	0.2	-338 133	-69.0
Transferências	0	0	20	21	0.0	1	..
Empréstimos e outros activos financeiros	369 841	425 263	392 850	424 691	0.4	31 841	8.1
Saldos de anos económicos anteriores	18 221 134	3 943 149	1 956 728	1 150 656	1.2	-806 073	-41.2
Reposições não abatidas nos pagamentos	109 820	259 506	30 898	31 428	0.0	530	1.7
RECEITA INTEGRADA DO GOVERNO - TOTAL	175 949 331	161 861 048	110 315 655	94 829 286	100.0	-15 486 369	-14.0

* Imposto especial sobre o jogo e prémio.

* A partir do Orçamento de 2014 o Fundo de Segurança Social deixou de fazer parte da conta integrada do Governo e passou a integrar os organismos especiais.

.. Informação não disponível ou sem significado (base zero no ano anterior).

LEIORCRAEM2016 final - completo

07/12/2015

FONTES: Conta da RAEM de 2013, Conta da RAEM de 2014, Orçamento Revisto de 2015 e Proposta de Orçamento 2016 (DSF, Governo da RAEM).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

QUADRO 4

ORÇAMENTO DA DESPESA INTEGRADA DO GOVERNO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2016

SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

(Valores em milhares de patacas)

Classificação Orgânica	Contas sem Inclusão dos organismos especiais					Variação	
	Execução Orçamental	Orçamento	Orçamento Proposto	Estrutura %	Variação		
	CONTA 2013	CONTA 2014	2015 Revisto	2016	OR Revisto 2015/OR 2016	Valor %	
GOVERNO E SERVIÇOS SEM AUTONOMIA FINANCEIRA							
Governo da RAEM e Gabinetes - Encargos Gerais	957 074	1 034 661	1 364 713	1 382 571	1.5	17 859	1.3
Pensões e Reformas	21 093	22 212	12 106	7 941	0.0	- 4 164	-34.4
Despesas Comuns	11 537 678	13 001 790	15 347 001	16 809 186	18.4	1 462 185	9.5
Serviços sem Autonomia Financeira	13 307 395	15 274 962	18 616 146	19 653 763	21.5	1 037 617	5.6
<i>dos quais:</i>							
D.Serviços de Educação e Juventude	3 819 310	4 388 563	4 998 732	5 495 290	6.0	496 559	9.9
D.Serviços de Forças de Segurança de Macau	2 995 220	3 374 951	4 068 035	4 313 107	4.7	245 072	6.0
Direcção dos Serviços de Assuntos de Trânsito	1 203 081	1 297 322	1 547 855	1 662 557	1.8	114 702	7.4
D.Serviços de Assuntos Marítimos e Águas	448 161	850 769	1 256 012	1 115 550	1.2	- 140 462	-11.2
Pólicia Judiciária	595 342	659 463	857 369	857 796	0.9	427	0.0
Serviços de Alfândega da RAEM	520 378	577 005	676 711	719 229	0.8	42 518	6.3
Estabelecimento Prisional de Macau	344 720	411 585	517 341	525 179	0.6	7 838	1.5
D. S. Solos, Obras Públicas e Transportes	285 494	330 534	475 928	458 887	0.5	- 17 041	-3.6
D.Ir. Serviços de Administração e Função Pública	298 583	307 559	430 889	408 293	0.4	- 22 596	-5.2
Direcção dos Serviços de Finanças	349 357	383 493	425 265	464 037	0.5	38 772	9.1
Instituto Cultural	235 227	290 011	423 809	445 463	0.5	21 655	5.1
Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais	266 574	290 534	388 774	354 976	0.4	- 33 798	-8.7
Outros Serviços Centrais *	1 945 949	2 113 172	2 549 427	2 833 400	3.1	283 973	11.1
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO - SOMA	25 823 241	29 333 625	35 539 965	37 853 462	41.4	2 313 497	6.5
Consignações, compart. e transf. orçamentais	291 262	12 734 822	18 519 162	17 698 915	19.4	- 820 247	-4.4
INVESTIMENTOS DO PLANO (PIDDA)	7 033 110	7 255 438	14 683 542	11 068 782	12.1	-3 614 760	-24.6
<i>das quais:</i>							
Despesa sem dotação provisória/concorrencial	7 033 110	7 255 438	14 483 542	10 834 654	11.9	-3 648 888	-25.2
Dotação provisória e concorrencial	0	0	200 000	234 128	0.3	34 128	17.1
GOVERNO E SERVIÇOS SEM AUTONOMIA FINANCEIRA	33 147 613	49 323 885	68 742 669	66 621 159	72.9	-2 121 509	-3.1
ORGANISMOS AUTÓNOMOS							
DESPESA DOS ORGANISMOS AUTÓNOMOS	18 240 999	17 754 462	22 767 964	24 738 809	27.1	1 970 845	8.7
<i>dos quais:</i>							
Fundo de Segurança Social #	2 311 066	0	0	0	0.0	0	
Serviços de Saúde	4 243 862	4 912 036	6 161 298	7 075 155	7.7	913 857	14.8
Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	1 899 677	2 147 151	2 609 905	2 607 203	2.9	- 2 702	-0.1
Instituto de Ação Social	1 813 065	2 063 949	2 572 906	2 967 808	3.2	394 903	15.3
Universidade de Macau	1 407 929	1 894 485	2 188 789	2 340 706	2.6	151 917	6.9
Fundo de Turismo	811 420	820 474	1 023 641	870 268	1.0	- 153 373	-15.0
Fundo de Desenv. Industrial e de Comercialização	910 238	647 973	925 620	784 422	0.9	- 141 198	-15.3
Fundo de Desenvolvimento Educativo	759 928	649 216	818 408	915 408	1.0	97 000	11.9
Instituto Politécnico de Macau	568 887	616 835	688 643	749 879	0.8	61 236	8.9
Fundo de Desenvolvimento Desportivo	388 346	478 207	559 953	816 754	0.9	256 801	45.9
Instituto de Promoção do Comércio e Investimento de Macau	265 267	268 165	395 968	660 921	0.7	264 953	66.9
Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância	359 062	423 812	527 784	541 063	0.6	13 278	2.5
Instituto de Habitação	320 000	278 878	479 570	445 973	0.5	- 33 597	-7.0
Fundo de Cultura	333 827	459 840	479 152	538 098	0.6	58 945	12.3
Fundo de Ação Social Escolar	324 672	337 504	466 290	429 328	0.5	- 36 962	-7.9
Gabinete do Procurador	299 230	343 181	440 095	418 341	0.5	- 21 754	-4.9
Instituto de Formação Técnica	217 496	246 707	332 824	414 860	0.5	82 036	24.6
Outros Organismos Autónomos **	1 007 027	1 166 048	2 097 118	2 162 623	2.4	65 505	3.1
DESPESA INTEGRADA DO GOVERNO - TOTAL	51 988 612	67 078 347	91 510 633	91 359 968	100.0	- 150 664	-0.2

NOTAS:

O Fundo de Segurança Social passou a integrar a conta dos organismos especiais a partir do Orçamento de 2014.

* Serviços com um orçamento individual inferior a 350 milhões de Mop na proposta de OR 2016.

** Organismos autónomos com um orçamento privativo inferior a 400 milhões de MOP na proposta de OR 2016.

FONTES: Conta da RAEM de 2013, Conta da RAEM de 2014, OR/2015 Revisto (09.06.2015) e Proposta de OR/2016 (DSF, Governo da RAEM).

LEIORCRAEM2016 final - completo
07/12/2015



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

UEIORCRAEM2016 final - completo
07/12/2015

QUADRO 5
ORÇAMENTO DA DESPESA INTEGRADA DO GOVERNO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2016
SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Classificação Código	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	Contas sem inclusão dos organismos especiais						Variação OR 2015 Revisado / OR 2016	
		Execução Orçamental		Organismo Revisto	Proposto	Estrutura	Valor		
		Conta 2013	Conta 2014						
01-00	PESSOAL	13 353 075	15 144 308	18 512 545	19 673 427	21.5	1 160 881	6.3	
02-00	BENS E SERVIÇOS	8 473 901	9 629 905	11 692 495	12 064 196	13.2	171 701	1.4	
04-00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18 344 228	30 622 503	38 648 642	39 622 619	43.4	773 977	2.0	
04-01	Sector Público	1 059 021	13 550 568	19 346 766	18 546 056	20.3	- 800 730	-4.1	
04-02	Instituições Particulares	4 503 457	5 201 958	5 930 355	6 699 246	7.3	768 791	13.0	
04-03	Empresas Privadas, Famílias e Indivíduos	12 594 859	11 703 049	13 474 549	14 305 172	15.7	830 623	6.2	
04-04	Exterior	156 891	165 928	96 952	72 245	0.1	- 24 066	+25.5	
05-00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 918 924	2 552 640	3 951 099	5 133 345	5.6	1 172 246	29.6	
	SONDA DAS DESPESAS CORRENTES	42 099 127	57 949 356	73 214 780	76 493 586	83.7	3 278 800	4.5	
07-00	INVESTIMENTOS (PIDA e OUTROS)	7 711 450	7 815 535	15 504 195	12 346 099	13.5	- 3 156 096	+20.4	
08-00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	59 806	117 466	69 900	1 000 070	1.1	930 170	1330.7	
09-00	OPERAÇÕES FINANCEIRAS	1 527 228	1 195 950	2 647 757	1 284 085	1.4	- 1 180 672	-47.9	
09-01	Activos Financeiros	1 527 228	1 195 950	2 464 757	1 284 085	1.4	- 1 180 672	-47.9	
09-02	Passivos Financeiros	0	0	0	0	0.0	0	...	
10-00	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0	0	257 000	234 128	0.3	- 22 872	-8.9	
	SONDA DAS DESPESAS DE CAPITAL	9 208 486	9 126 991	18 495 892	14 886 312	16.3	- 3 429 470	-18.7	
	DESPESA INTEGRADA DO GOVERNO #	51 358 612	67 078 347	91 510 633	91 359 938	100.0	- 150 664	-0.2	

Na proposta de Orçamento de 2016 (e de igual modo no Orçamento Revisto de 2015), as despesas orçamentadas com o Fundo da Segurança Social estão incluídas nas transferências correntes para o sector público. O FSS passou a integrar os organismos especiais a partir do Orçamento de 2014.
FONTE: Conta da RAE/M de 2013, Conta da RAE/M de 2014, OR/2015 Revisto (09-06-2015) e Proposta de OR/2016 (DSF, Governo da RAE/M).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

QUADRO 6

ORÇAMENTO DA DESPESA INTEGRADA DO GOVERNO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2016
SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

(inclui despesas do PIDDA)

(valores em milhares de patacas)

Classificação Código	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL Descrição da Função	Contas sem Inclusão dos organismos especiais					
		Execução Orçamental 2013	Conta 2014	Orçamento 2015 Revisto	Orçamento Proposto 2016	Estrutura %	Variação OR 2015 Revisão/OR 2016
F 1-00 e 2-00	FUNÇÕES GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	11 479 002	12 985 229	18 062 190	18 618 916	20,4	556 725 3,1
Função 1-00	Serviços Gerais da Administração Pública	7 709 813	8 732 647	10 612 810	10 797 140	11,8	184 330 1,7
Função 2-00	Segurança Pública	3 769 189	4 252 582	7 449 380	7 821 776	8,6	372 395 5,0
F 3-00 a 7-00	FUNÇÕES SOCIAIS	24 159 784	23 974 009	31 357 842	32 267 975	35,3	910 133 2,9
Função 3-00	Educação	8 352 339	8 759 539	10 802 935	11 410 877	12,5	607 942 5,6
Função 4-00	Saúde	4 393 328	5 103 294	7 159 205	7 753 909	8,5	594 704 8,3
Função 5-00	Segurança e Acção Sociais #	8 092 253	6 558 971	8 047 487	8 374 406	9,2	326 919 4,1
Função 6-00	Habitação	1 542 123	1 283 157	2 413 817	1 450 987	1,6	- 962 830 -39,9
Função 7-00	Outros Serviços Colectivos / Sociais dos quais:	1 779 741	2 269 049	2 934 398	3 277 797	3,6	343 398 11,7
S-F 7-01	Cultura	664 794	856 527	1 195 396	1 342 653	1,5	147 257 12,3
S-F 7-02	Desporto e recreio	575 123	825 643	960 052	1 184 741	1,3	224 689 23,4
3+4+5+6+7	Outros	539 824	586 880	778 951	750 403	0,8	- 28 548 -3,7
Função 8-00	FUNÇÕES DE SERVIÇOS ECONÓMICOS	8 583 917	9 163 686	13 032 126	11 903 224	13,0	-1 128 902 -8,7
S-F 8-01	Administração, regulam. e investigação	1 887 187	1 672 538	2 432 442	2 308 688	2,5	- 123 754 -5,1
S-F 8-04	Infraestruturas	480 547	631 976	1 394 301	2 115 752	2,3	721 451 51,7
S-F 8-05	Transportes	4 114 717	3 701 703	4 817 115	4 123 071	4,5	- 694 045 -14,4
S-F 8-08	Turismo	1 031 549	1 132 670	1 514 254	1 221 125	1,3	- 293 129 -19,4
S-F 8-09	Ordenamento físico e ambiente	646 999	1 245 739	1 897 353	941 199	1,0	- 956 154 -50,4
2+3+6+7	Outros serviços económicos	422 918	779 059	976 662	1 193 390	1,3	216 728 22,2
Função 9-00	OUTRAS FUNÇÕES	7 165 910	20 955 422	29 058 475	28 569 854	31,3	- 488 621 -1,7
S-F 9-01	Operações da dívida pública	0	0	0	0	0,0
S-F 9-02	Transferências Sector Público #	319 496	12 773 807	18 519 162	17 698 915	19,4	- 820 247 -4,4
S-F 9-03	Diversas, não especificadas	6 846 414	8 181 616	10 539 313	10 870 939	11,9	331 626 3,1
DESPESA INTEGRADA DO GOVERNO		51 388 612	67 078 347	91 510 633	91 359 968	100,0	- 150 664 -0,2

As despesas do FSS não constam nesta sub-função desde 2014, mas antes sim nas outras funções - transferências para o sector público.

FONTES: Conta da RAEM de 2013, Conta da RAEM de 2014, OR/2015 Revisão (09-06-2015), Proposta de OR 2016 (DSF, Governo da RAEM).

QUADRO 7
DESPESA ORÇAMENTADA COM O PÍDIA PARA O ANO ECONÓMICO DE 2016
SEGUNDO A CLASSEIFICAÇÃO FUNCIONAL

(valores em milhares de patacas)

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL Descrição da Função	Execução Orçamental de 2014			OR 2015			Execução Orçamental Jan. - Out. 2015			Orçamento 2016			Variação OR 2015 R / OR 2016	
	Dotação Final	Depesa Paga	Taxa de Execução %	Dotação Revista (09/05/2015)	Actua/ (31/10/2015)	Despesa Paga	Taxa de Execução %	Dotação Proposta	Dotação Estimativa %	Orçamento Valor	%	Variação Valor	%	
Funções Gerais de Administração	1 523 277	717 658	47.1	3 265 866	3 249 150	211 691	6.5	3 262 044	29.5	- 3 822	-0.1			
Serviços Gerais da Administração Pública	666 402	444 076	66.6	600 229	549 046	73 399	13.4	511 111	4.6	- 89 118	-14.8			
Segurança Pública	856 874	273 532	31.9	2 665 637	2 700 104	138 292	5.1	2 750 933	24.9	85 296	3.2			
Funções Sociais	5 002 021	2 289 545	45.8	4 892 913	5 141 212	1 238 891	24.1	3 338 525	30.2	- 1 554 389	-31.8			
Educação	1 001 903	457 800	45.7	1 109 566	1 113 187	116 442	10.5	894 441	8.1	- 215 125	-19.4			
Saúde	1 060 926	393 695	37.1	1 254 867	1 373 141	298 350	21.7	1 011 550	9.1	- 243 317	-19.4			
Segurança e Acção Sociais	321 114	151 508	47.2	407 901	466 566	177 405	38.0	231 985	2.1	- 175 916	-43.1			
Habitação	1 995 985	997 260	50.0	1 831 318	1 864 655	634 116	34.0	911 976	8.2	- 919 342	-50.2			
Outros Serviços Colectivos / Sociais dos quais:	622 093	289 281	46.5	289 262	323 663	12 577	3.9	288 572	2.6	- 690	-0.2			
Cultura	144 492	50 821	35.2	7 850	16 985	794	4.7	90 692	0.8	82 842	1055.3			
Desporto e Recreio	439 174	224 056	51.0	250 744	287 888	11 606	4.0	174 481	1.6	- 76 264	-30.4			
Outros	38 428	14 404	37.5	30 668	18 790	177	0.9	23 400	0.2	- 7 268	-23.7			
Funções de Serviços Económicos	8 070 771	4 248 236	52.6	6 267 762	6 079 033	1 473 819	24.2	4 234 085	38.3	- 2 033 677	-32.4			
Administração, regulam. e Investigação	11 010	1 834	16.7	27 500	27 662	162	0.6	19 643	0.2	- 7 857	-28.6			
Infraestruturas	1 215 200	631 976	52.0	1 394 301	1 289 708	302 169	23.4	1 230 552	11.1	- 163 749	-11.7			
Transportes	5 072 756	2 274 389	44.8	3 065 990	2 976 364	710 944	23.9	2 273 347	20.5	- 792 643	-25.9			
Turismo	112 988	23 374	20.7	180 516	181 137	1 718	0.9	29 539	0.3	- 150 977	-83.6			
Ordenamento físico e ambiente	1 272 957	950 172	74.6	1 288 966	1 287 986	428 666	33.3	458 357	4.1	- 830 609	-54.4			
Outros serviços económicos	385 859	366 491	95.0	310 490	316 177	30 160	9.5	222 648	2.0	- 87 842	-28.3			
Outras Funções	205 315	0	0.0	257 000	214 147	0	0.0	234 128	2.1	- 22 872	-8.9			
Dotação Provisional e Concorrente	205 315	0	0.0	257 000	214 147	0	0.0	234 128	2.1	- 22 872	-8.9			
TOTAL DO PÍDIA	14 980 333	7 255 338	49.0	14 633 532	14 683 542	199	11 068 782	100.0		-3 614 760	-24.6			

FONTE: Relatório sobre a Execução do Orçamento de 2014, Lei do Orçamento Revisto de 2015 e Pídda Mapa Comparativo 2015-2016 (DSF, Governo da RAEM).

A-4 規格印件 2015年6月
Formato A-4 Imp. Jun. 2015

LEIORCRAEM2016 final - completo
07/12/2015



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

LEI ORÇAMENTARIA 2016 final - completo
07/12/2015

QUADRO 8
MAPA ORÇAMENTAL DA RECEITA INTEGRADA E DA DESPESA INTEGRADA DOS ORGANISMOS ESPECIAIS
RELATIVO AO ANO ECONÔMICO DE 2016 (COMPARAÇÃO COM O OR REVISTADO DE 2015)

Código	Classificação da receita integrada	TOTAL						(Valores em milhões de patacas)					
		DSC	CEP	FP	FSS	AMCM	FGAM	FM	FMD	FGD	FGAM	FM	FGD
11-00	Designação de rendimentos												
11-00 Recetas legais e transferências do OR	OR 2015	22.231.7	0.6	0	1.469.2	17.971.1	313.2	6.315	2.406.3	65.000			
12-00 Renditos de vendas e de prestação de serviços	OR 2015	22.750.7	0.6	0	1.523.0	18.730.6	312.3	5.812	2.118.3	60.000			
13-00 Rendimento de aplicações financeiras e de investimentos	OR 2015	226.5	210.7	4.5	0.0	0.0	14.6	0.000	0.0	0.0	0.000	0.0	0.000
14-00 Outros rendimentos	OR 2015	5.193.5	70.1	62.6	290.2	923.0	1.658.5	1.017	571.5	2.310	624.0	1.050	
SÓMA DE RENDIMENTOS do OR 2016	OR 2015	99.9	81.6	1.4	0.0	0.2	0.7	5.783	10.2	0.000			
11-00 Recetas legais e transferências do OR 2016	OR 2015	80.7	74.8	1.0	0.0	0.2	0.7	1.824	10.1	0.000			
12-00 Renditos de vendas e de prestação de serviços	OR 2015	28.259.4	347.2	54.4	2.046.2	19.080.8	3.892.9	8.505	2.762.5	61.890			
21-00 Despesa com actividades e comparticipações financeiras	OR 2015	2.618.5	0.3	0.1	0.0	21.3	1.4	0.000	2.595.4	0.005			
22-00 Pensões e outras prestações sociais	OR 2015	5.970.6	0.0	0.0	1.885.0	4.085.6	0.0	0.000	0.0	0.000	2.242.3	0.000	
23-00 Custo das vendas e das prestações de serviços	OR 2015	4.872.9	0.0	0.0	1.527.2	3.346.7	0.0	0.000	0.0	0.000	0.000	0.000	
24-00 Gastos e perdas financeiras	OR 2015	29.1	24.5	0.0	0.0	0.0	4.5	0.000	0.0	0.000	0.000	0.000	
25-00 Gastos com pessoal	OR 2015	34.2	25.0	0.0	0.0	0.0	9.6	0.000	0.0	0.000	0.000	0.000	
26-00 Fornecimento e serviço de terceiros	OR 2015	856.2	1.9	18.4	0.1	51.9	626.3	0.005	157.7	0.000	170.7	0.010	
27-00 Depreciações e amortizações	OR 2015	1.779.7	1.4	17.8	0.0	6.2	1.583.7	0.005	170.7	0.010			
28-00 Provisão para riscos diversos	OR 2015	952.8	249.1	16.8	90.0	131.4	347.3	0.000	118.2	0.020	110.1	0.035	
29-00 Outros gastos e perdas	OR 2015	896.3	243.5	16.2	81.7	123.4	323.4	0.018					
21-00 Despesa com actividades e comparticipações financeiras	OR 2015	833.2	38.8	6.0	28.4	161.3	561.2	0.339	34.0	3.100			
22-00 Pensões e outras prestações sociais	OR 2015	917.9	41.4	7.1	37.9	95.1	639.2	0.377	39.6	3.150			
23-00 Custo das vendas e das prestações de serviços	OR 2015	96.8	39.5	0.0	7.4	14.5	21.3	0.000	14.1	0.000			
24-00 Gastos e perdas financeiras	OR 2015	5.0	0.5	1.1	0.0	0.0	1.0	1.0	2.100	0.0			
25-00 Gastos com pessoal	OR 2015	16.1	0.9	1.5	3.0	1.8	0.6	4.966	3.4	0.000			
26-00 Fornecimento e serviço de terceiros	OR 2015	17.2	0.9	1.3	3.0	1.7	0.6	1.310	3.4	0.000			
27-00 Depreciações e amortizações	OR 2015	11.379.0	355.5	43.8	2.013.9	4.467.8	1.563.6	8.410	2.922.7	3.125			
28-00 Provisão para riscos diversos	OR 2015	10.855.6	347.2	43.9	1.657.1	3.586.1	2.655.2	3.810	2.579.3	3.95			
29-00 Outros gastos e perdas	OR 2015	14.744.2	0.0	14.6	254.5	14.226.5	423.3	4.705	65.3	64.185			
RESULTADO DO EXERCÍCIO do OR 2016	OR 2015	17.403.6	0.0	10.5	389.1	15.994.7	1.262.7	4.695	1.832	58.895			
* INVESTIMENTOS PREVISTOS OR 2016		409.6	96.0	0.0	1.5	16.0	37.1	0.000	259.0	0			
* INVESTIMENTOS PREVISTOS OR 2015		389.9	136.9	0.0	28.4	19.0	83.5	0.0	120.1	0.0			

*Note: * Organismos individuais dos ditos organismos especiais : Direcção dos Serviços de Correios (DSC); Caixa Económica Postal (CEP); Fundo de Pensões (FP); Autoridade Monetária de Macau (AMCM); Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo (FGAM); Fundo de Segurança Social (FSS) e Fundo de Garantia de Depósitos (FGD).*

Fuentes: Relatório sobre a Execução do OR 2013 , Mapa orçamental individual dos Organismos Especiais - Tomo II do OR 2015 e Orçamento de 2015 Revisto (DSF, Governo da RAEM).